

<b>Título do capítulo</b>	<b>CAPÍTULO 5 ANÁLISE DO POTENCIAL DE RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O MERCOSUL E O GRUPO ANDINO</b>
<b>Autores (as)</b>	Lia Valls Pereira
<b>Título do livro</b>	<b>MERCOSUL: AVANÇOS E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO</b>
<b>Organizadores (as)</b>	Renato Baumann
<b>Cidade</b>	
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)
<b>Ano</b>	2001
<b>Edição</b>	
<b>ISBN</b>	

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea**

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## **CAPÍTULO V**

# **ANÁLISE DO POTENCIAL DE RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O MERCOSUL E O GRUPO ANDINO**

**LIA VALLS PEREIRA\***

---

\* Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;  
Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

# I INTRODUÇÃO

A partir de meados da década de oitenta, o tema dos acordos regionais passa a desempenhar um papel preponderante nas relações entre os países. Na América Latina, propostas para o fortalecimento de antigos acordos são realizadas e novos acordos são criados. Ao mesmo tempo, ressurge o tema da constituição de uma área de livre comércio sul-americana.

Em 1998, MERCOSUL e Comunidade Andina assinaram um acordo para a formação de uma área de livre comércio entre as duas uniões, a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano 2000. O prazo não foi cumprido, mas as negociações continuam e o compromisso político está mantido.

O Acordo de Livre Comércio MERCOSUL e Comunidade Andina apresenta três aspectos importantes. Primeiro, é um acordo entre as duas principais uniões aduaneiras da América Latina, em termos de peso econômico na região. Segundo, sugere o fortalecimento da integração sul-americana num quadro de negociações hemisféricas – o da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). E terceiro, além de possíveis ganhos na área do comércio de mercadorias, permite a consolidação de estratégias de integração da infra-estrutura física e energética da América do Sul.

O objetivo deste texto é o de apresentar uma análise sobre o potencial das relações econômicas entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, partindo-se da hipótese da realização do acordo de livre comércio entre essas regiões. Assim, além dessa introdução, na segunda seção é apresentada uma breve descrição das negociações para a formação da área de livre comércio. Na terceira seção, descrevem-se os fluxos comerciais entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. A quarta seção apresenta uma análise dos possíveis efeitos da liberalização do comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, a partir da utilização de um modelo de equilíbrio geral aplicado. Finalmente, a última seção apresenta o sumário e as principais conclusões.

## II MERCOSUL E COMUNIDADE ANDINA – QUADRO DE NEGOCIAÇÕES EXTRAZONA

### II.1. *Breve Histórico da Comunidade Andina*

Em 1999, o Acordo de Cartagena, que deu origem à Comunidade Andina, completou 30 anos. Nesse mesmo ano, o Tratado de Assunção, que instituiu o MERCOSUL, entrava no seu oitavo ano de vigência.

O Acordo de Cartagena, englobando originalmente Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru, foi realizado num período em que eram dominantes estratégias associadas ao modelo de substituição de importações nos países da América Latina. Os acordos regionais eram entendidos como veículos de promoção do desenvolvimento dos países mediante políticas comuns de incentivos setoriais. O Tratado de Assunção foi assinado em 1991, quando políticas de liberalização comercial predominam e os acordos regionais são considerados meios de assegurar melhores posições competitivas dos países no comércio mundial.

O histórico das duas experiências é, portanto, substancialmente diferente. Assim, no caso da Comunidade podem ser identificadas etapas que refletem alterações de estratégias políticas dos países-membros num contexto internacional que se altera ao longo das últimas três décadas. Já no MERCOSUL, não há alteração na concepção da integração. Assim, destacam-se brevemente os principais pontos na evolução da Comunidade Andina.

O Acordo de Cartagena de 1969 continha disposições detalhadas sobre a implementação de um programa comum para o desenvolvimento industrial, uma política comum para o tratamento dos investimentos estrangeiros e uma programação agrícola, entre outras. Reconhecendo o papel das economias menores da região – Bolívia e Equador – e a existência de produtos sensíveis, o programa de liberalização intra-regional proposto contemplava um complexo quadro de desgravação tarifária. A implementação de uma tarifa externa comum (TEC) também era matéria do Acordo, sendo sujeita

a sua adoção a critérios associados aos programas setoriais de desenvolvimento industrial. Em princípio, foi acordada uma tarifa externa comum, que variava de 0 a 120%. [Grien, 1994].

A complexidade da negociação proposta, questões associadas aos cenários políticos e econômicos dos países – dificultando a adesão a um projeto comum –, entre outros fatores, podem ser apontados para o não-cumprimento das metas do Acordo de Cartagena. O Chile se retira do Acordo, em 1974, enquanto a Venezuela se incorporava a ele, desde 1973. Segundo Rivas (1999), o ano de 1979 marca o início de uma etapa de crise que irá se estender até 1984. Segue-se um período de negociações, que culmina com o Protocolo de Quito, o qual flexibiliza os acordos não cumpridos.

No início da década de 90, o compromisso com a integração volta a dominar a agenda dos países andinos, num quadro distinto do da década de 70. Políticas de liberalização comercial e o tema da inserção competitiva passam a dominar a agenda de integração. Assim, em 1991 é assinada a Ata de Barahona, implementando uma área de livre comércio e, em 1992, é definida uma nova TEC. Em 1996, o Protocolo de Trujillo modifica o Acordo de Cartagena, criando a Comunidade Andina, e uma nova estrutura institucional com instâncias comunitárias de caráter supranacional é implementada<sup>1</sup>. Mantém-se o objetivo da criação de um mercado comum até 2005.

Na prática, uma área de livre comércio sem exceções, englobando Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, vigora desde 1993, segundo a Secretaria Geral da Comunidade Andina. O Peru se incorporou a essa área, a partir de 1997, com um programa de desgravação tarifária, cuja conclusão está prevista para o ano de 2005<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> A estrutura institucional da Comunidade Andina é relativamente ampla. Os órgãos executivos são o Conselho Presidencial Andino, o Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores, a Comissão da Comunidade Andina, a Secretaria Geral da Comunidade Andina, o Tribunal de Justiça e o Parlamento Andino (com função deliberativa, e prevê-se eleição direta para os seus representantes em 2002). Outras instituições de apoio ao processo de integração são a Cooperação Andina de Fomento, o Fundo Latino-americano de Reservas, o Conselho Consultivo Empresarial Andino, o Conselho Consultivo de Trabalhadores Andino e a Universidade Simón Bolívar.

<sup>2</sup> Em 1992, o Peru suspendeu suas obrigações com o programa de liberalização andino, optando por acordos bilaterais.

A implementação de uma tarifa externa comum está em vigor desde fevereiro de 1995, com níveis tarifários de 5, 10, 15 e 20 por cento, definidas em função do grau de elaboração dos produtos. A união aduaneira ainda não é perfeita. O Equador pode praticar tarifas até 5 pontos percentuais menores do que a TEC, para 15% do universo tarifário. A Bolívia pode manter sua estrutura tarifária nacional com alíquotas que estão, de forma geral, no intervalo de 5 a 10 por cento. Adicionalmente, listas de exceções à TEC foram permitidas para Colômbia, Venezuela e Equador até o ano 2000. No ano de 1999, 87% do universo tarifário na Colômbia e Venezuela e 67% no Equador estavam sob a égide da TEC [INTAL, 1999].

Paralelamente ao processo de negociação estritamente comercial, um número extenso de normas e decisões foram acordadas na Comissão Andina, visando a construção do mercado comum. Assim, em 1998, foi aprovado o Acordo Geral de Princípios e Normas para a Liberalização do Comércio de Serviços. Também foram aprovadas regulações no campo da propriedade intelectual, mecanismos de financiamento e seguro crédito às exportações, entre mais de cem decisões [Rivas, 1999].

O resultado mais nítido da retomada do esforço de integração pelos países andinos é refletido no aumento do comércio intra-regional. As exportações entre os países-membros em relação às exportações totais aumentam de 3,9% para cerca de 14%, entre 1990 e 1998. Quanto ao papel das decisões acordadas no campo não estritamente comercial, para a construção do mercado comum, há um relativo ceticismo. Basicamente, muitas das decisões não são implementadas ou não tratam ainda de temas relevantes para a formação de um mercado comum<sup>3</sup>.

Comparações entre o processo de integração do MERCOSUL e o da Comunidade Andina devem ser analisadas de forma cautelosa, dados os diferentes períodos contemplados. Adicionalmente, a composição das regiões é extremamente diferenciada, seja em termos do peso de cada país nas respectivas sub-regiões, seja quanto às

<sup>3</sup> Ver Rivas (1999), Maldonado (1999) e Santos (1999). Embora, os autores apresentem relatos com graus diferenciados sobre o sucesso da nova fase de integração andina, todos apontam a necessidade de cumprimento de decisões acordadas.

suas estruturas produtivas<sup>4</sup>. Mesmo tendo presente essas observações, alguns pontos podem ser destacados, de forma geral, na análise dos dois projetos de integração, considerando a década de 90.

O MERCOSUL constitui uma união aduaneira mais completa, considerando-se o escopo da tarifa externa comum que contempla, desde 1995, cerca de 85% de todo o universo tarifário dos quatro países membros, sendo a plena união aduaneira prevista para 2006. Na Comunidade Andina, as exceções concedidas à Bolívia ao Peru e, em menor grau, ao Equador, sugerem que a TEC andina é praticada essencialmente pela Colômbia e Venezuela.

O arcabouço institucional da Comunidade Andina é mais abrangente, contemplando instâncias comunitárias. No MERCOSUL, a institucionalidade deriva de instâncias intergovernamentais. No entanto, as agendas pendentes para a formação de um mercado comum e a não-implementação efetiva de medidas nesse sentido são comuns aos dois processos.

Nas duas regiões, o eixo do processo de integração está associado, basicamente, a dois países – Brasil e Argentina, no MERCOSUL, e Colômbia e Venezuela, na Comunidade Andina. Há, no entanto, diferenças na forma de tratamento e de incorporação dos outros países-membros. A Comunidade Andina acata uma diversidade de exceções maior, no seu processo de integração, que a do MERCOSUL<sup>5</sup>.

## II.2. *A Agenda Externa de Acordos Comerciais na Comunidade Andina e no Mercosul*

Ao mesmo tempo que os países da Comunidade Andina e do MERCOSUL procuram formas de consolidarem os seus processos de

<sup>4</sup> Por exemplo, o PIB do Brasil responde, em 1997, por cerca de 65% do PIB do MERCOSUL. Na Comunidade Andina, Colômbia e Venezuela apresentam participações relativamente similares, da ordem de 33%, e o Peru, de 22%.

<sup>5</sup> Parte desse fato pode estar associado ao menor grau de heterogeneidade na composição da Comunidade Andina em relação ao MERCOSUL, em termos de composição dos PIB dessas regiões. No MERCOSUL, Uruguai e Paraguai somam cerca de 3% do PIB da região, enquanto Peru, Equador e Bolívia respondem por cerca de 34% do PIB da Comunidade Andina. Outro fator estaria relacionado ao próprio histórico dos processos de integração. Desde o Acordo de Cartagena, foi incorporada a concepção de "exceções para economias menores" no compromisso de integração.

integração intra-regional, também se envolvem numa série de acordos com terceiros países. Não é um fenômeno exclusivo desses países no âmbito da América Latina e Caribe. As razões são diversas [INTAL, 1999].

Uma seria a de garantir melhores condições de acesso a mercados para as exportações e criação de novas oportunidades de investimentos para as empresas nacionais e estrangeiras. A segunda está associada à obtenção de economias de escala e estratégias de racionalização alocativa da produção. Outra estaria associada a considerações geopolíticas e econômicas na definição de eixos centrais da integração hemisférica, dado o quadro de múltiplos acordos preferenciais.

Em uniões aduaneiras, mesmo que imperfeitas, negociações comerciais com terceiros países deveriam ser realizadas conjuntamente pelos países membros. Negociações separadas apenas elevariam o grau de “imperfeição” da própria união. Essa diretriz depende, porém, da percepção dos países-membros em termos dos seus interesses políticos e econômicos no quadro da integração sub-regional e com terceiros países.

#### II.2.1. *O Quadro Geral da Agenda de Acordos Comerciais da Comunidade Andina e do Mercosul com Terceiros Países*

O breve histórico da Comunidade Andina (CAN) apresentado sugere que o compromisso com o processo de integração foi sempre diferenciado entre os países, expresso por meio das inúmeras exceções para a acomodação de situações específicas. Logo, foram realizados diversos acordos preferenciais de caráter bilateral ou agrupando apenas alguns países da CAN. Um exemplo é o acordo de livre comércio Colômbia – Venezuela – México (G-3), que entrou em vigor a partir de 1995. Outro é acordo de livre comércio Bolívia – MERCOSUL, assinado em dezembro de 1996.

Em fevereiro do ano 2000, foi aprovada a *Política Externa Comum* da Comunidade, que estabelece critérios gerais para a sua



execução. Nada garante que ela obrigue os cinco membros da Comunidade a demonstrar uma posição comum nas suas relações com terceiros países. Mesmo assim, é identificada pela Secretaria Geral da Comunidade Andina uma agenda comum nas relações com terceiros países. Fazem parte dessa agenda os seguintes itens:

- /// Negociações para a formação de uma área de livre comércio com o Panamá, a partir da assinatura de um Acordo Geral, assinado em 1998.
- /// Negociações com o Mercado Comum Centro Americano (MCCA), formado pela Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica<sup>6</sup>.
- /// Caráter especial para a negociação de alguns países da Comunidade com os Estados Unidos, em função do narcotráfico. Em 1991, foi aprovado pelo Congresso norte-americano uma *Lei de Preferências Tarifárias Andinas*, contemplando condições privilegiadas de acesso ao mercado dos Estados Unidos para Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O acordo é considerado benéfico do ponto de vista comercial, sendo que 30% das exportações andinas seriam associadas a esse acordo. Também existe um Conselho sobre Comércio e Investimento entre os Estados Unidos e todos os países da Comunidade, desde 1998, visando à promoção dos laços econômicos entre as regiões.
- /// Negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).
- /// Negociações com a União Européia pautadas em quatro pontos: diálogo político, acesso ao mercado europeu, acordo marco de cooperação e diálogo especializado na luta contra o narcotráfico. Associada à questão do narcotráfico,

<sup>6</sup> Nesse caso, a própria Secretaria sugere que o interesse do acordo engloba Colômbia, Venezuela e Equador, do lado da Comunidade, e Guatemala, El Salvador e Honduras, do lado da MCCA.

a União Européia outorga à Comunidade um *Regime Especial de Preferências Andinas*, desde 1990. A Venezuela foi incorporada ao regime, em 1995. Cerca de 86% das exportações da Comunidade para o mercado europeu seriam beneficiadas por esse regime especial, sendo Colômbia e Equador os principais beneficiários.

- /// Negociações com o Canadá realizadas pelos países da Comunidade, formalizadas por meio de um *Entendimento de Cooperação em Matéria de Comércio e Inversões*, de 1999.
- /// Negociações com o MERCOSUL visando à criação de uma área de livre comércio. Em abril de 1998, é assinado um acordo marco que estabelece os princípios básicos para a negociação.

A participação do comércio extrazona nos países da Comunidade Andina apresenta elevados percentuais para todos os países integrantes – cerca de 80 a 90 por cento – sendo que as exportações para os Estados Unidos são majoritárias. No entanto, a busca por acordos no âmbito da América Latina e do Caribe sugere estratégias tanto de acesso a mercados como de fortalecimento num quadro de integração hemisférica. Num cenário ALCA existem, a princípio, dois grandes eixos: Estados Unidos e MERCOSUL. A América do Norte (Canadá e Estados Unidos) representa cerca de 80% do PIB da ALCA. O MERCOSUL representa, porém, 53% do PIB da América Latina e Caribe. Sob esse prisma, uma aliança com o MERCOSUL poderia propiciar um peso maior para os países da Comunidade na negociação hemisférica. Certamente, essa é uma observação de caráter geral. Deve ser considerado, por exemplo, o balanço que alguns países da Comunidade realizam dos benefícios de acesso a mercados – obtidos em função da questão do narcotráfico –, o fato de os Estados Unidos serem nitidamente o principal mercado de exportações extrazona e os possíveis benefícios derivados de uma aliança com o MERCOSUL.

Em termos gerais, o histórico da Comunidade mostra um grau de coesão baixo em assuntos de política externa comum. Não só al-

guns países estiveram envolvidos em sérias disputas fronteiriças – Equador e Peru – como também o compromisso com a integração intra-regional e relações extrazona seria relativamente diferenciado entre os países<sup>7</sup>. Além disso, há divergências entre os países da Comunidade quanto ao peso das negociações extrazona. Na avaliação de Santos (1999), a Colômbia teria um postura de maior empenho no aprofundamento da Comunidade Andina. Uma razão seria o fato de esse país ter sido relativamente mais beneficiado com o comércio intra-regional da Comunidade, em especial quanto às exportações de manufaturados. Bolívia e Venezuela, por outro lado, parecem às vezes mostrar maior empenho com o aprofundamento das relações com o MERCOSUL. No entanto, como sinaliza o documento antes citado, sobre a *Política Externa Comum* da Comunidade, é explícito o compromisso político de busca de posições comuns.

Na agenda das relações externas do MERCOSUL destacam-se três grandes eixos. O primeiro refere-se aos acordos no âmbito da ALADI (Associação Latino-americana de Integração). Num primeiro momento, essa é uma decorrência inevitável da renegociação do “patrimônio histórico” da ALADI<sup>8</sup>. Ao se constituírem como união aduaneira, os países do MERCOSUL precisam uniformizar as preferências outorgadas aos parceiros da ALADI. No entanto, ao se privilegiar uma renegociação, quando possível, num marco de acordos de livre comércio, estaria sendo também expressa uma estratégia geopolítica de fortalecimento do MERCOSUL no continente e no cenário internacional. A ampliação da rede de acordos de livre comércio com países da América do Sul atribuiria maior poder de barganha nas negociações referentes aos acordos de integração com os países desenvolvidos, em especial no âmbito da ALCA. Adicionalmente, os principais mercados de exportações de manufaturados, tanto para a Argentina como para o Brasil, encontram-se nos países latinos.

<sup>7</sup> Um exemplo, já citado, foi a criação do G-3 e o acordo Bolívia – MERCOSUL.

<sup>8</sup> O patrimônio histórico refere-se às preferências tarifárias negociadas no âmbito da ALADI, mediante acordos bilaterais.

O segundo eixo está associado ao Acordo Marco de Cooperação Inter-regional MERCOSUL e União Européia, de 1995. Esse era apenas um compromisso com a construção de uma agenda de negociações, que visaria, de forma geral, à criação de uma área de livre comércio entre as duas regiões. Até o final do ano de 1999, era previsto que as negociações substantivas só seriam iniciadas em 2001, devendo estar finalizadas em 2005.

O terceiro ponto da agenda são as negociações no âmbito da ALCA, abrangendo todos os países do hemisfério, exceto Cuba. Considerando o peso dos Estados Unidos no espaço hemisférico, ressalta que, para o MERCOSUL, esse mercado representa cerca de 20% de suas exportações extrazona. No âmbito da ALCA, as negociações foram iniciadas em meados de 1999, estando sua conclusão prevista para 2005.

Num primeiro momento, portanto, os países do MERCOSUL mostrariam um maior grau de aderência a uma posição comum nas suas negociações extrazona.

### II.2.2. *O Estado das Negociações entre Mercosul e Comunidade Andina*

As negociações com a Comunidade estão inseridas no contexto de renegociação do “patrimônio histórico”, e foram iniciadas já em 1995. Após contínuas renovações dos acordos existentes, MERCOSUL e Comunidade Andina assinaram o Acordo Marco, para a criação de uma zona de livre comércio, em abril de 1998. Esse tratado estabeleceu duas etapas para a negociação. A primeira seria a realização de um Acordo Transitório de Preferências Tarifárias Fixas, com base no “patrimônio histórico”, que deveria vigorar entre 1º de outubro de 1998 e 31 de dezembro de 1999. Nesse caso, seriam multilateralizadas as preferências, permitindo uma base comum para a segunda etapa – a de criação de uma zona de livre comércio pleno, a partir de 1º de janeiro do ano 2000.

Ressalte-se que, para a Comunidade Andina, o acordo expressava o compromisso com o fortalecimento da integração intra-regio-

nal, pois foi o primeiro a ser negociado de forma conjunta por Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A Bolívia já assinara um acordo de livre comércio com o MERCOSUL, em vigor desde fevereiro de 1997.

Diversas dificuldades foram surgindo ao longo das negociações, para o prosseguimento do acordo proposto. A partir de 1999, o governo brasileiro opta por uma negociação bilateral com a Comunidade, que culmina com a assinatura de um acordo de preferências fixas, em vigor desde agosto de 1999 e com prazo de 2 anos. Argentina, Paraguai e Uruguai continuam a negociação, também de forma bilateral, sendo que a Argentina também negocia acordo similar ao brasileiro – preferências fixas concedidas e outorgas no comércio bilateral<sup>9</sup>. Embora a opção pela negociação bilateral represente uma ruptura com o compromisso de realizar negociações extrazona, o Brasil e a Argentina têm expressado que essa é apenas uma etapa transitória. Tanto no caso do acordo assinado pelo Brasil como no das negociações argentinas com a Comunidade, em todos os documentos oficiais é mantido o compromisso com a criação da área de livre comércio MERCOSUL – Comunidade Andina.

Alguns pontos são destacados no quadro de dificuldades para a assinatura do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina no prazo previsto.

Primeiro, a importância do “patrimônio histórico” nas relações comerciais entre as duas regiões é distinta. Antes da assinatura do acordo Brasil – CAN, apenas cerca de 10% das exportações da Argentina e do Brasil para o mercado andino, exceto Bolívia, gozavam de alguma preferência tarifária. E só 1% dessas preferências se traduzia em livre comércio. Já 19% das importações argentinas e brasileiras provenientes da Comunidade recebiam margens de preferência de 86% a 100%, sendo 71,5% das importações realizadas sem nenhuma concessão tarifária.

A estrutura de comércio, de forma geral, é bastante assimétrica. O MERCOSUL, basicamente, exporta para a Comunidade produtos

<sup>9</sup> Paraguai e Uruguai renovaram os acordos de alcance parcial até 30 de junho do ano 2000.

manufaturados – cerca de 77% do total da pauta – e importa dessa região combustíveis – 68% da pauta, em 1997. Para os países da Comunidade, o único mercado relevante para as exportações de manufaturados é o intra-regional – cerca de 56%.

De forma geral, num primeiro momento os países andinos querem assegurar as suas preferências e também preservar, em certa medida, os seus ganhos intra-regionais<sup>10</sup>. A abertura de mercado poderá criar novas oportunidades, mas no curto prazo é pouco provável que sejam criados fluxos associados a novos produtos, em especial no setor de manufaturas. Por outro lado, os países do MERCOSUL, em especial o Brasil, percebem possíveis ganhos nas exportações de manufaturados, demandando no curto prazo a inclusão de novos produtos nos acordos transitórios.

Alguns dos principais setores sensíveis no comércio inter-regional seriam, a princípio, os seguintes<sup>11</sup>.

/// *Agrícola.* Considerando-se Brasil e Argentina, a negociação é mais importante para o segundo. As exportações argentinas do complexo agroindustrial representam 57,5% das vendas para a Comunidade, enquanto esse percentual para o Brasil é de 6,1%. Muitos dos produtos agrícolas de exportações argentinas estão sob o sistema de bandas de preços – taxas variáveis de importações, calculadas a partir de níveis de preços fixados pela Comunidade no intuito de proteger os seus setores produtivos, como os de trigo, milho e soja.

/// *Siderúrgico.* Um primeiro ponto refere-se à maior capacidade da indústria siderúrgica brasileira em relação à da Venezuela. Esta teme que concessões de preferências ao Brasil afetem negativamente a sua produção doméstica. O segundo ponto está associado à privatização da companhia

<sup>10</sup> Em especial a Colômbia, que é a principal exportadora de manufaturados na região.

<sup>11</sup> Panorama del Mercosur (1999, n. 3).

siderúrgica Sidor, em que participaram empresas brasileiras, argentinas, mexicanas e venezuelanas. Nesse caso, Argentina e México entendem que a participação na siderurgia venezuelana é um fator de impulso para as exportações de seus países para o mercado andino e também temem perdas com a entrada livre do produto brasileiro.

*Petrolífero.* Venezuela e Brasil tem interesses especiais no estreitamento de suas relações associadas ao setor de energia. O petróleo venezuelano seria subsidiado, sendo mais barato que o argentino, e dadas as reservas da Venezuela, essa constitui uma fonte segura de abastecimento. Acordos estão sendo negociados também entre a companhia brasileira PETROBRAS e a venezuelana PDVSA. No campo da energia elétrica, há iniciativas para o fornecimento, por parte de empresas da Venezuela, para a região norte do Brasil. Está em construção uma rodovia ligando o Estado de Roraima, no Brasil, e a Venezuela.

Acrescenta-se ainda que Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela, Colômbia, Peru, Guiana e Suriname estão reunidos sob a égide do Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, que visa promover, de forma geral, iniciativas para o desenvolvimento e a integração física e energética da região. No caso do Brasil, o tema tem especial relevância para os seus estados do Norte.

Considerando o breve quadro acima exposto, entende-se, em parte, a opção bilateral do Brasil como forma de impulsionar as negociações. No acordo assinado, o Brasil obteve ganhos pela inclusão de novos produtos na negociação. O número de linhas tarifárias que recebem preferências dos países da Comunidade aumentou de 1.066 para 5.523. Por outro lado, o Brasil elevou o número de produtos de 2.390 para 6.476 no quadro de preferências para os países da Comunidade. No entanto, permanecem altas as assimetrias de concessões. A margem de preferência média concedida pela Comunidade (ponderada pelo volume das exportações brasileiras) passou de 29,5% para 51,7%. A mesma média, referente às concessões brasileiras (ponderada pelas importações brasilei-

ras), elevou-se de 81,2% para 84,4%. Ressalta-se, porém, que produtos brasileiros com elevado potencial de exportação para o mercado andino ficaram fora do acordo, como automóveis e, no caso da Venezuela, produtos siderúrgicos.

### II.3. *Consideração Final*

A realização do acordo Brasil – Comunidade Andina ocorreu num ano de tensões entre os parceiros do MERCOSUL, não significando um rompimento com o compromisso da área de livre comércio MERCOSUL – Comunidade Andina. A importância do acordo não se resume aos efeitos esperados de uma liberalização comercial. Um estreitamento de laços entre as duas uniões aduaneiras poderá consolidar políticas já existentes para a construção de uma infra-estrutura física e energética integrada. O acordo poderá também propiciar o fortalecimento do espaço sul-americano no diálogo político e econômico no âmbito da agenda de negociações hemisféricas.

## III PRINCIPAIS ASPECTOS DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O MERCOSUL E A COMUNIDADE ANDINA

### III.1. *Indicadores Econômicos Básicos do Mercosul e da Comunidade Andina*

O PIB do MERCOSUL correspondia, em 1997, a 3,5 vezes o PIB da Comunidade Andina, a população, quase ao dobro, e a renda per capita era 1,7 vezes maior (tabela 3.1). Tomando a taxa de inflação como um dos indicadores de estabilidade macroeconômica, os países do MERCOSUL apresentavam inflação anual de 3,8% e os da CAN, de 19%.



**TABELA 3.1****INDICADORES BÁSICOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MERCOSUL E DA CAN  
1997**

	<b>MERCOSUL</b>	<b>Comunidade Andiana</b>
<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	11.817.657	4.700.434
<b>População (milhões)</b>	207.2	103.9
<b>PIB (US\$ milhões)</b>	984.965	285.996
<b>PIB per Capita (US\$ milhões)</b>	4.751	2.752
<b>Exportações/PIB (%)</b>	8.19	16.67
<b>Importações/PIB (%)</b>	9.56	15.38
<b>Inflação Anual (%)</b>	3.8	19.0

Fonte: Secretaria Geral da Comunidade Andiana.

A composição das uniões aduaneiras por países revela importantes diferenças. Enquanto o MERCOSUL pode ser caracterizado pelo elevado grau de assimetria dos seus participantes em termos de contribuição do PIB, na CAN há um relativo equilíbrio entre as participações de Venezuela, Colômbia e Peru. Mesmo os menores países membros – Bolívia e Equador – apresentam contribuições mais expressivas que as economias pequenas do MERCOSUL. Outro ponto a destacar são os maiores coeficientes de exportação e importação das maiores economias da CAN, em comparação com o Brasil e a Argentina. Entre as economias menores, o Equador apresenta o percentual mais elevado da contribuição do setor externo na determinação do PIB (tabela 3.2).

**TABELA 3.2**

**A COMPOSIÇÃO DOS PAÍSES NO MERCOSUL E CAN 1997**

	%			
	Composição do PIB	PIB per Capita (US\$)	Exportação/ PIB	Importação/ PIB
<b>MERCOSUL</b>	100	4.751	8.19	9.56
<b>Argentina</b>	34.20	9.445	7.72	7.96
<b>Brasil</b>	62.92	3.794	8.23	9.85
<b>Paraguai</b>	0.92	1.777	12.32	32.34
<b>Uruguai</b>	1.96	6.002	13.19	17.43
<b>Com. Andiana</b>	100	2.752	16.67	15.38
<b>Bolívia</b>	2.37	871	18.78	27.93
<b>Colômbia</b>	33.54	2.588	12.00	16.14
<b>Equador</b>	7.01	1.679	26.26	24.72
<b>Peru</b>	22.82	2.677	10.34	12.82
<b>Venezuela</b>	34.27	4.303	23.35	13.56

Fonte: Secretaria Geral da Comunidade Andiana.

Analisando a estrutura do PIB por grandes setores (tabela 3.3), os setores agrícola e de extrativismo mineral tendem a apresentar maiores percentuais nos países da CAN, na comparação com os países do MERCOSUL (exceto o Paraguai).

**TABELA 3.3**

**COMPOSIÇÃO DO PIB POR GRANDES SETORES**

	%			
	Agricultura, Flores e Pesca	Extrativa Mineral	Manufatura	Serviços
<b>Argentina - 1998</b>	5.3	1.4	17.9	75.4
<b>Brasil - 1997</b>	8.1	0.9	21.7	69.3
<b>Paraguai - 1996</b>	25.4	0.3	15.4	58.9
<b>Uruguai - 1998</b>	8.5	0.3	17.8	73.4
<b>Bolívia - 1998</b>	15.4	7.6	16.5	60.5
<b>Colômbia - 1997</b>	12.9	5.2	18.8	63.1
<b>Equador - 1997</b>	12.0	5.6	21.9	60.5
<b>Peru - 1997</b>	6.8	1.6	21.7	69.9
<b>Venezuela - 1998</b>	4.6	11.2	14.9	69.3

Fonte: Base de Dados Sócio-Econômica, 18/11/1999, Unidade de Análise Quantitativa e Estatística/INTAL/BID.

No comércio mundial, os dados de 1998 mostram a pequena participação de ambas as regiões nas exportações mundiais – MERCOSUL com 1,48% e CAN com 0,72%<sup>12</sup>.

Num cenário de integração comercial do MERCOSUL com a Comunidade Andina a presença da economia brasileira seria dominante, representando cerca de 55% do total do PIB dessa região. A experiência do MERCOSUL mostrou que esse não é um fator para se atribuir somente ganhos para o parceiro maior – na hipótese de uma industrialização dominante do Brasil sobre os parceiros – ou de ganhos somente para os menores – o acesso ao grande mercado brasileiro. No entanto, o histórico do MERCOSUL também sugere que a presença de assimetrias acentuadas tende a ser agravada em ambientes macroeconômicos divergentes. Salienta-se ainda os cenários de instabilidade política que ocorrem, em alguns momentos, nos países latino-americanos, para ressaltar que a apreciação dos possíveis benefícios de uma liberalização comercial pressupõe um patamar mínimo de estabilidade econômica e política nas regiões.

### III.2. *Análise dos Fluxos Comerciais*

Apresentam-se inicialmente dados gerais sobre os fluxos comerciais do MERCOSUL e da Comunidade Andina. Em seguida, são apresentados a evolução dos fluxos comerciais das duas regiões e indicadores de comércio intra-industrial. Ressalta-se que na análise dos dados desagregados foi privilegiada a relação da Argentina e do Brasil com os países da Comunidade.

#### III.2.1. *Dados Gerais de Comércio*

O grau de integração intra-regional é relativamente maior no MERCOSUL do que na Comunidade Andina. No primeiro, o comércio intra-regional representou, no ano de 1998, 25,3% das exportações totais dos países-membros, e no segundo, 13,8%. Ambas as

<sup>12</sup> Dados da Organização Mundial de Comércio (1999).

regiões mostraram, entretanto, grande dinamismo no desempenho intra-regional. Em 1990, o comércio intra-regional do MERCOSUL era de 8,9%, o que significa um aumento de 118% na comparação com o ano de 1998. Já na CAN, o crescimento do índice foi de 250%, partindo de um valor de 3,9%, em 1990.

Essas diferenças na importância do comércio intra-regional são registradas por países nas tabelas 3.4 e 3.5. É de se esperar que as economias menores mostrem um elevado grau de dependência do comércio intra-regional, como ocorre com o Paraguai (61,2%) e o Uruguai (55%). Na CAN, Bolívia e Equador apresentam valores nitidamente inferiores – 21,8% e 13,04%, respectivamente. No MERCOSUL, o percentual do Brasil – 17,4% – é explicado, em parte, pelo tamanho do seu mercado em relação aos parceiros. Na Comunidade Andina, se desconsiderarmos o Peru (que só irá ingressar plenamente na área de livre comércio no ano 2005), os percentuais da Venezuela e Colômbia são inferiores ao da Argentina. Em que medida esses menores percentuais revelam menores oportunidades no mercado intra-regional é uma questão a ser analisada separadamente. O visível aumento do índice no período 1990-1998 mostra que as oportunidades existem.

### TABELA 3.4

#### DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL 1998

Países	%			
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<b>MERCOSUL</b>	35.60	17.37	61.20	55.36
<b>Argentina</b>	-	13.20	29.01	18.56
<b>Brasil</b>	30.06	-	30.83	33.77
<b>Paraguai</b>	2.35	2.44	-	3.03
<b>Uruguai</b>	3.19	1.72	1.36	-
<b>Extra-Zona</b>	64.4	82.63	38.8	44.64
<b>Com. Andiana</b>	5.4	4.74	2.27	3.39
<b>Total</b>	100	100	100	100

Fonte: Panorama del Mercosur n° 3, Anexo Estatístico.

### TABELA 3.5

#### DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DA COM. ANDIANA 1988

Países	%				
	Bolívia	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela
Com. Andiana	3	19.74	13.04	8.24	11.49
Bolívia	-	0.43	0.17	1.91	0.03
Colômbia	7.58	-	6.62	2.54	8.41
Equador	1.44	5.35	-	1.88	1.30
Peru	11.91	3.36	4.85	-	1.76
Venezuela	0.90	10.60	1.40	1.91	-
Extra-Zona	78.16	80.26	86.96	91.79	88.51
MERCOSUL	12.64	1.90	4.08	4.34	5.45
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Panorama del Mercosur nº 3, Anexo Estatístico.

A diferença da relevância do comércio intra-regional está refletida, por definição, no maior peso do comércio extrazona para os países da Comunidade Andina. Aqui, novamente, os indicadores apontam comportamentos distintos entre os subespaços regionais.

Para o MERCOSUL, a União Européia é o principal mercado de destino, com percentuais ao redor de 30% a 35%. Para a CAN, destaca-se o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), com valores ao redor de 50%. Assim, não só para os países da Comunidade o mercado hemisférico é mais importante, como apresentam um comércio relativamente menos multilateralizado que os países do MERCOSUL (tabela 3.6)<sup>13</sup>.

A importância do mercado CAN para os países do MERCOSUL atinge no máximo 5,4% para a Argentina na sua estrutura das exportações totais. Considerando apenas o comércio extrazona, a participação da Comunidade Andina para o conjunto dos países do MERCOSUL passou de 3,4% para 6,5%, entre 1990 e 1998.

<sup>13</sup> Somente os Estados Unidos respondem por 45% do destino das exportações andinas.

### TABELA 3.6

#### DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL E COMUNIDADE ANDIANA NO COMÉRCIO EXTRA-ZONA

MERCOSUL						
Grupos de Países	1990	1992	1994	1996	1997	1998
CAN	3.4	5.3	5.4	5.4	6.3	6.5
NAFTA	24.8	23.1	24.5	21.5	20.6	22.2
Chile	2.3	3.7	4.1	5.0	5.1	4.7
UE	34.2	35.4	33.4	31.2	30.9	33.2
ASIA*	9.9	9.4	9.5	10.3	9.4	6.6
Outros	25.4	23.1	23.1	26.6	27.8	26.8
Comunidade Andiana						
Grupos de Países	1993	1994	1995	1996	1997	1998
MERCOSUL	3.4	3.9	4.5	4.0	4.7	4.5
MCCA+CARICOM	4.6	5.9	3.7	3.3	3.1	3.3
NAFTA	53.6	49.9	48.8	54.7	54.2	52.4
EU	18.0	20.8	21.6	17.6	16.6	18.7
ASIA*	6.7	7.1	8.1	6.0	6.4	6.5
Outros	13.6	12.3	13.3	14.5	14.9	14.6

\*Incluídas: China, Japão, Taiwan, Hong Kong, Coreia, Irã, Iraque, Israel.  
 Fonte: Ponoroma del Mercosur n° 3 (1999), pp. 105.

Analisando individualmente os países da Comunidade, o MERCOSUL representou, em 1998, 12,6% do mercado para as exportações da Bolívia. Recorde-se, porém, que esse país assinou um acordo de livre comércio com o MERCOSUL, em 1996. A Venezuela, com um percentual de 5,4%, é o segundo país em participação nas exportações para o MERCOSUL. No comércio extrazona, o MERCOSUL participou com 3,4% no destino das exportações da CAN em 1993 e com 4,5% em 1998. Sob esse prisma, os resultados podem estar sugerindo um melhor aproveitamento de oportunidades pelos países do MERCOSUL no mercado andino.

O melhor desempenho das exportações do MERCOSUL é também registrado no crescimento médio anual de 13,6%, no período 1990-1998, das vendas para a Comunidade, em comparação com o incremento de 10,7% das exportações da CAN para o MERCOSUL.

Os dados por grandes grupos de mercadorias exportadas revela uma importante diferença entre as regiões. O MERCOSUL apresenta uma concentração nitidamente superior de exportações de ma-

nufaturas no seu perfil exportador (tabela 3.7). Já a Comunidade Andina registra na rubrica de combustíveis o maior percentual – 46,3%. O MERCOSUL dispõe ainda de maiores vantagens nas exportações de manufaturas no espaço sul-americano: para o mercado da Comunidade, esses produtos explicam 76% do total das exportações. As vantagens oferecidas pelo mercado regional nas exportações de manufaturas são exploradas pelos países andinos no âmbito do seu espaço sub-regional – 55,8% da pauta CAN<sup>14</sup>. Para o destino MERCOSUL, a participação das manufaturas é inferior à da pauta global.

**TABELA 3.7**

**PRINCIPAIS GRUPOS DE EXPORTAÇÕES POR DESTINOS MERCOSUL E COMUNIDADE ANDIANA – 1997**

Produtos	MERCOSUL			CAN			%
	CAN	MERCOSUL	Mundo	MERCOSUL	CAN	Mundo	
<b>Alim. e mat. Primas agrícolas</b>	20.1	28.5	37.8	10.5	19.4	24.0	
<b>Combustíveis</b>	2.0	9.8	3.5	68.3	14.4	46.3	
<b>Minerais e metais</b>	1.3	1.5	7.3	10.4	10.5	10.4	
<b>Manufaturas</b>	76.6	60.2	51.4	10.9	55.8	19.3	

Fonte: Panorama del Mercosur nº 3 (1999), pp. 107.

O maior dinamismo exportador do MERCOSUL e a própria composição da pauta explicam em parte o acúmulo de superávits no comércio com a Comunidade durante a década de 90. Os saldos da balança comercial passam de US\$ 668 milhões, em 1990, para US\$ 2.236 milhões, em 1998.

Em suma, o comércio inter-regional MERCOSUL e CAN tem crescido na década de 90, em especial para a primeira região. No entanto, os percentuais ainda são relativamente baixos e o comércio é marcado por uma grande assimetria na composição das pautas.

<sup>14</sup> Segundo dados da Secretaria Geral da Comunidade Andina, os produtos cujo comércio intra-regional registraram os maiores percentuais nas exportações totais respectivas, no ano de 1998, foram alimentos e bebidas (30%), outros artigos de consumo não duráveis (25%) e automóveis de passageiros (20%).

### III.2.2. *Análise de Sagregada dos Fluxos Comerciais*<sup>15</sup>

As pautas de importações por capítulos mostram grandes assimetrias de composição no comércio inter-regional. Observando-se, inicialmente, o comércio Brasil – CAN, há coincidência de importações apenas em dois capítulos – produtos químicos orgânicos e plásticos e suas obras. A pauta de importações brasileiras oriundas dos países da CAN estão fortemente concentradas em um único capítulo – combustíveis minerais –, que explica 63% do total dessa pauta (tabela 3.8). Na pauta brasileira, esse também é o único capítulo com participação significativa – 11,7% – e coincide com uma presença importante das importações CAN (14%) no total importado pelo Brasil. Outros capítulos com participações expressivas das importações CAN, como minérios, chumbo, cobre, preparações de carne e pérolas, registram pequenas participações na pauta total brasileira.

A pauta de importações feitas pelos países da Comunidade de produtos oriundos do Brasil apresenta maior coincidência entre a composição dos principais capítulos exportados pelo Brasil e a demanda de importações da Comunidade (tabela 3.9). Destacam-se os capítulos de máquinas e veículos, que somam na pauta brasileira cerca de 44% e na pauta total da Comunidade, 37%. No entanto, as compras de produtos brasileiros constantes desses capítulos mostram participações abaixo de 6% nos capítulos de importações da CAN. Capítulos com um peso mais importante das vendas brasileiras são sementes e frutos oleaginosos (16%), seguidos de ferro fundido (9,5%), obras de ferro (8,6%) e papel e cartão (7,6%).

Os dados sugerem, portanto, que as exportações CAN para o Brasil (excetuando combustíveis minerais) estão concentradas de forma geral em produtos com pouco peso na pauta brasileira, mas que, baseadas em vantagens de recursos naturais, enfrentam menor concorrência no mercado brasileiro. Já as exportações brasileiras sugerem um comportamento inverso: relativa concentração em produtos com peso importante na pauta andina, mas com presença de um maior número de concorrentes.

<sup>15</sup> O sistema de classificação de mercadorias no comércio externo é baseado na nomenclatura do sistema harmonizado. Ela permite diferentes níveis de agregações que são distinguidas pelo número de dígitos associados ao produto. Quanto maior o número de dígitos – no máximo 12 dígitos –, mais específica é a descrição do produto. A agregação por capítulos é pautada em dois dígitos e por seções em um dígito.



**TABELA 3.8****PRINCIPAIS CAPÍTULOS IMPORTADOS PELO BRASIL:  
ORIGEM CAN – 1997**

Descrição do Capítulo	Participações		
	CAN	Brasil	Capítulo
	(1)	(2)	(3)
Combustíveis minerais, óleos minerais	62.97	11.64	14.05
Minérios, escórias e cinzas	8.61	0.66	34.04
Cobre e suas obras	4.44	0.70	16.61
Plásticos e suas obras	3.19	3.05	2.72
Vidro e suas obras	1.63	0.44	9.56
Preparação de carne, de peixe, ou de crustáceos, de moluscos	1.47	0.10	39.87
Pérolas naturais e pedras e metais preciosos	1.44	0.18	21.11
Fibras sintéticas e artificiais	1.27	0.35	9.42
Produtos químicos	1.07	5.58	0.50
Chumbo e suas obras	1.00	0.08	34.40
<b>Total dos 10 Capítulos</b>	<b>87.10</b>	<b>22.77</b>	

Fonte: UNCTAD/TRAINS.

(1) Estrutura de pauta de importação Brasileira, oriundas da CAN.

(2) Participação das importações Brasileiras por capítulos na pauta total de importações do Brasil.

(3) Participação das importações oriundas da CAN, por capítulos, no total das importações Brasileiras.

**TABELA 3.9****PRINCIPAIS CAPÍTULOS IMPORTADOS PELA CAN:  
ORIGEM EM BRASIL – 1997**

Descrição do Capítulo	Participações		
	Brasil	CAN	Capítulo
	(1)	(2)	(3)
Máquinas e aparelhos mecânicos	22.59	16.88	5.45
Veículos, automóveis, tratores, ciclos e outros	11.47	9.52	4.91
Veículos Terrestres, suas partes e acessórios			
Máquinas e aparelhos elétricos	8.75	11.09	3.21
Ferro fundido, ferro e aço	6.31	2.70	9.52
Obras de ferro fundido, ferro e aço	5.55	2.63	8.57
Papel e cartão: obras de pasta de celulose, de papel e de cartão	4.53	2.41	7.65
Borracha e suas obras	3.20	1.85	7.04
Produtos químicos orgânicos	3.13	4.39	2.90
Plásticos e suas obras	2.35	3.92	2.44
Sementes e frutos oleaginosos: grãos, sementes e frutos diversos	2.25	0.59	15.58
<b>Total dos 10 Capítulos</b>	<b>70.12</b>	<b>55.98</b>	

Fonte: UNCTAD/TRAINS.

(1) Estrutura de pauta de importação da CAN, oriundas do Brasil.

(2) Participação das importações da CAN por capítulos na pauta total de importações da CAN.

(3) Participação das importações oriundas do Brasil, por capítulos, no total das importações da CAN.

As importações argentinas oriundas da CAN, assim como as do Brasil, estão concentradas no capítulo combustíveis minerais – 39% (tabela 3.10). Excetuando produtos químicos e plásticos, as importações são basicamente de capítulos que englobam produtos pautados em recursos naturais e produtos da cadeia agroindustrial. Como no caso brasileiro, alguns capítulos têm participações relevantes nos totais importados pela Argentina, como frutas, madeira, combustíveis minerais, cacau e café.

Os três principais capítulos de exportação argentina para a Comunidade – cereais, gorduras animais e combustíveis minerais – explicam 57% do total exportado pela Argentina para a CAN e pesam apenas 11% no total das importações CAN (tabela 3.11). Excetuando os combustíveis minerais, os dois outros capítulos mostram elevada presença dos produtos argentinos – cereais, com 20%, e gorduras, com 50% –, nas compras dos países andinos. Máquinas e produtos farmacêuticos estão entre os principais capítulos de exportações argentinas, mas com participações abaixo de 1%.

Capítulos comuns de exportações argentinas e brasileiras para a Comunidade são plásticos, obras de ferro e máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos. Capítulos de exportações comuns da Comunidade para a Argentina e o Brasil são combustíveis minerais, plásticos e suas obras, preparações de carne e produtos químicos orgânicos. Pautas coincidentes de exportações do MERCOSUL devem contribuir para identificar estratégias comuns e/ou apontar dificuldades de negociações<sup>16</sup>. O único capítulo comum na pauta da Comunidade e do Brasil e Argentina são plásticos e suas obras, sugerindo de forma geral baixo comércio intra-setorial.

<sup>16</sup> Produtos siderúrgicos foram um dos pontos sensíveis para um acordo conjunto MERCOSUL – CAN, previsto para 1999.

**TABELA 3.10****PRINCIPAIS CAPÍTULOS DE IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA:  
ORIGEM CAN – 1997**

Descrição do Capítulo	%		
	Participações		
	CAN (1)	Argentina (2)	Capítulo (3)
<b>Combustíveis minerais, óleos minerais</b>	38.18	3.01	21.04
<b>Frutas, casacas de cítricos e de melões</b>	14.66	0.47	51.28
<b>Madeira, carvão vegetal e obras de madeira</b>	7.32	0.50	24.35
<b>Sementes e frutos oleaginosos; grãos</b>	3.68	0.97	6.27
<b>Produtos químicos orgânicos</b>	3.66	5.22	1.16
<b>Plásticos e suas obras</b>	3.47	4.65	1.24
<b>Preparação de produtos hortícolas, de frutas</b>	2.83	0.41	11.47
<b>Preparações de carne, de peixe ou de crustáceos</b>	2.71	0.28	16.04
<b>Cacau e suas preparações</b>	2.68	0.33	13.54
<b>Café, chá, mate e especiarias</b>	2.05	0.41	8.25
<b>Total dos 10 Capítulos</b>	81.22	16.26	

Fonte: Elaboração Próprio - UNCTAD/TRAINS.

(1) Estrutura de pauta de importação da Argentina, oriundas da CAN.

(2) Participação das importações da Argentina por capítulos na pauta total de importações da Argentina.

(3) Participação das importações oriundas da CAN, por capítulos, no total das importações da Argentina.

A relativa concentração de exportações brasileiras para os países da Comunidade em produtos com maior valor adicionado e com peso mais significativo na pauta desses países tem resultado em superávits a favor do Brasil – US\$ 1.277 milhões, em 1998 (tabela 3.12). Observando a pauta comercial bilateral entre o país e a CAN, por seções da NBM-SH, são registrados déficits para o Brasil somente na seção de produtos minerais (US\$ 732 milhões) e pedras preciosas (US\$ 17 milhões). Os maiores superávits do Brasil estão nas seções máquinas e aparelhos elétricos (US\$ 547 milhões), material de transporte (US\$ 438 milhões), metais e suas obras (US\$ 287 milhões) e produtos das indústrias químicas (US\$ 204 milhões).

**TABELA 3.11****PRINCIPAIS CAPÍTULOS DE IMPORTAÇÕES DA CAN:  
ORIGEM ARGENTINA - 1997**

Descrição do Capítulo	Participações		
	Argentina	CAN	Capítulo
	(1)	(2)	(3)
<b>Cereais</b>	27.53	4.32	20.05
<b>Gorduras e óleos animais ou vegetais</b>	17.16	1.10	49.05
<b>Combustíveis minerais, óleos minerais</b>	11.93	5.24	7.16
<b>Obras de ferro fundido, ferro e aço</b>	3.98	2.63	4.76
<b>Máquina e aparelhos mecânicos</b>	3.69	16.88	0.69
<b>Produtos farmacêuticos</b>	2.76	2.04	4.26
<b>Resíduos e desperdícios das ind. Alimentares</b>	2.61	1.22	6.70
<b>Produtos hortícolas, plantas, raízes</b>	1.91	0.55	10.96
<b>Plásticos e suas obras</b>	1.91	3.92	1.53
<b>Máquinas e aparelhos elétricos</b>	1.76	11.09	0.50
<b>Total dos 10 Capítulos</b>	75.25	49.01	

Fonte: Elaboração Própria - UNCTAD/TRAINS.

(1) Estrutura de pauta de importação da CAN, oriundas da Argentina.

(2) Participação das importações da CAN por capítulos no paulo total de importações da CAN.

(3) Participação das importações oriundas do Argentina, por capítulos, no total das importações da CAN.

**TABELA 3.12**
**ESTRUTURA DA PAUTA BRASILEIRA BILATERAL POR SEÇÕES DA  
NBM – SH: 1998**

Seção	Descrição do Capítulo	% (US\$ 1000 FOB)		
		Participações		Saldos Comerciais
		Exportações	Importações	
I	Animais vivos e produtos do reino animal	0.70	0.75	8.384
II	Produtos do reino vegetal	1.46	1.38	19.484
III	Gorduras e óleos animais ou vegetais	0.34	0.21	5.746
IV	Produtos da ind. Alimentares; fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	6.59	4.25	110.572
V	Produtos minerais	0.98	67.07	-732.623
VI	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	10.22	3.68	204.324
VII	Plásticos e suas obras; borrachas e suas obras	5.57	4.40	84.247
VIII	Peles, couros, peleteria e obras destas matérias; artigos de viagem e semelhantes	0.16	0.07	2.983
IX	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras	0.71	0.07	16.208
X	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel e suas obras	3.51	1.57	66.813
XI	Materiais têxteis e suas obras	5.44	3.20	94.669
XII	Calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, guarda-chuvas e suas partes	2.12	0.11	49.670
XIII	Obras de pedra, gesso, cimento ou semelhantes; produtos cerâmicos; vidros e suas obras	1.96	1.52	29.999
XIV	Pérolas, pedras preciosas ou semi preciosas e semelhantes	0.27	2.15	-17.732
XV	Metais comuns e suas obras	15.69	7.94	287.951
XVI	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes	23.51	1.61	547.184
XVII	Material de transporte	18.45	0.47	438.594
XVIII	Instrumentos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão	1.48	0.11	34.329
XIX	Armas e munições; suas partes e acessórios	0.33	0.00	7.901
XX	Mercadorias e produtos diversos	0.89	0.20	19.148
XXI	Objetos de arte, decoração e antiguidades	0.34	0.00	8.259
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>1.277.7</b>

Fonte: Elaboração Próprio - SECEX/MDIC.

### III.2.3. *Os Índices de Comércio Intra-Setorial*

Na literatura econômica distinguem-se usualmente dois tipos de comércio entre os países. O primeiro é o comércio inter-setorial pautado nas vantagens comparativas associadas aos recursos naturais e diferenças de produtividade. O segundo é o comércio intra-setorial, característico de especializações dentro de um mesmo setor, e associado teoricamente à presença de economias de escalas e padrões de consumo diferenciados dentro do mesmo setor.

Os índices foram estimados a partir da classificação do SH a 4 dígitos, para o comércio entre o Brasil e a Comunidade Andina nos anos de 1992 e 1998<sup>17</sup>. No ano de 1992, são registradas 888 exportações e 307 importações no comércio Brasil – CAN. No ano de 1998, são registradas 953 exportações e 499 importações.

Na tabela 3.13 são descritos os 20 maiores índices obtidos por capítulos, segundo a ordem obtida para o ano de 1998. O total na tabela refere-se à média obtida considerando-se todo o universo a 4 dígitos, e não a média dos capítulos apresentados na tabela.

<sup>17</sup> Foi utilizado o índice de Grubel- Lloyd ponderado definido por  $\frac{((X_{ij} + M_{ij}) - |X_{ij} - M_{ij}|) / (X_{ij} + M_{ij})}{((X_i + M_i) / (SX_i + SM_i))}$ , onde  $X_{ij}$  são as exportações do produto  $i$  pelo país  $j$  para o mercado  $h$ .  $M_{ij}$  são as importações do produto  $i$  realizadas pelo país  $j$  e oriundas do país  $h$ .  $X_{ij}$  e  $M_{ij}$  são as exportações e importações totais do produto  $i$  pelo país  $j$ .

**TABELA 3.13**

**ÍNDICE INTRA-INDUSTRIAL COMÉRCIO BRASIL – COMUNIDADE ANDIANA  
ESTATÍSTICAS POR CAPÍTULOS – ORDENAÇÃO PELOS CAPÍTULOS DE 1998**

Ordem 1998	Ordem 1992	Cap.	Descrição	1998	1992	Variação (%)
1	12	22	Bebidas, líquidos alcoólicos	0.51	0.22	137.52
2	8	70	Vidro e suas obras	0.49	0.30	65.75
	16	08	Fruta; cascas de citricos	0.49	0.19	154.15
4	24	19	Preparações de cereais, amidos	0.47	0.14	246.10
5	10	76	Alumínio e suas obras	0.46	0.24	91.72
6	60	34	Sabões, preparação para lavagem	0.46	0.01	7.526.93
7	19	25	Sal; enxofre, terras e pedras	0.46	0.17	163.35
8	52	31	Adubos ou fertilizantes	0.44	0.02	2.123.66
9	31	51	Lã, peles finos	0.43	0.09	351.02
10	53	20	Preparação de produtos hortícolas	0.41	0.02	2.054.48
11	64	63	Artefatos têxteis	0.36	0.00	10.280.92
12	33	54	Filamentos sintéticos e artificiais	0.36	0.07	384.80
13	55	30	Produtos farmacêuticos	0.36	0.02	1944.52
14	22	39	Plásticos e suas obras	0.34	0.15	126.50
15	62	42	Obras de couro	0.30	0.01	5.135.01
16	5	58	Tecidos especiais	0.29	0.70	-58.53
17	7	14	Matérias para entaçar	0.27	0.30	-11.25
18	9	62	Vestuário, exceto malha	0.27	0.28	-5.96
19	20	57	Tapetes	0.25	0.17	45.51
20	13	61	Vestuário e seus acessórios	0.24	0.21	13.52
<b>Total dos Capítulos</b>				0.08	0.05	69.47

Fonte: Elaboração Próprio - Dados obtidos do SECEX.

Há um crescimento no comércio intra-setorial total de 0,05 para 0,08. Trabalho realizado por Baumann (1998) estima índices de 0,4 para o MERCOSUL, 0,19 para a União Européia e 0,21 para os Estados Unidos, no comércio com o Brasil em 1996, sugerindo um pequeno comércio intra-setorial do Brasil com a CAN, em comparação com outros parceiros.

O ponto da análise a ser destacado reside na grande variação observada na ordenação dos capítulos entre 1992 e 1998. No caso de bebidas, são conhecidos os investimentos de firmas brasileiras no ramo de cervejas no mercado da Venezuela, o que pode estar influenciando o lugar ocupado por esse setor, em 1998. Adicionalmente, outros setores sugerem grandes incrementos do comércio intra-setorial – sabões, adubos, artefatos têxteis e obras de couro. No cômputo final, apesar do baixo índice intra-setorial global, o registro de índices acima de 0,4 para dez capítulos da pauta sugere um potencial de crescimento desse comércio.

### III.3. *Considerações Adicionais*

A análise do quadro dos fluxos comerciais entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, privilegiando o tema do potencial econômico, sugere algumas observações na avaliação de um acordo de livre comércio MERCOSUL – CAN.

As trocas comerciais são, em princípio, caracterizadas pela complementaridade, observando-se que essa está pautada principalmente nas especializações derivadas de vantagens comparativas naturais. A principal exceção seria registrada na pauta de exportações brasileira para os países andinos, concentrada em produtos manufaturados. Nesse caso, é importante que a integração seja acompanhada por uma intensificação dos investimentos diretos na região para que a integração propicie, especialmente para os países andinos, um cenário de ganhos que promovam o incremento no valor adicionado de suas pautas de exportação.

Dados da Secretaria Geral da Comunidade Andina mostram que entre 1990 e 1997 os fluxos de investimentos diretos dos países do MERCOSUL para os países da Comunidade aumentaram de US\$ 29,1 milhões para US\$ 207 milhões. Considerando os fluxos acumulados no período, a Bolívia aparece como principal receptor de investimentos, explicando 44% desse total. Investimentos na exploração de gás são provavelmente o principal fator para esse resultado. O valor acumulado dos investimentos diretos brasileiros e argentinos é bastante próximo – US\$305,2 milhões e US\$307 milhões, respectivamente –, o que sugere uma estratégia mais passiva do Brasil, considerando a estrutura produtiva desses dois países<sup>18</sup>.

Os efeitos dinâmicos da formação de uma área preferencial de comércio não são previsíveis em termos quantitativos. Se, por exem-

<sup>18</sup> Informações mais detalhadas dos investimentos diretos foram obtidas para a Argentina (Panorama del Mercosur 1999). A Venezuela seria o principal receptor dos investimentos argentinos (cerca de 29,3% do total dos investimentos externos argentinos, no período 1990-1997), sendo esse resultado associado à participação da empresa argentina Techint no processo de privatização da empresa siderúrgica Sidor. No caso do Brasil, além dos investimentos na Bolívia, destaca-se a parceria entre a cervejaria brasileira Brahma e a venezuelana Polar.



plo, um acordo MERCOSUL – CAN estimulará uma maior procura de parcerias e/ou aquisições pelas empresas brasileiras no mercado andino, depende de variáveis como as estratégias gerais de internacionalização dessas empresas. Os impactos de um acordo MERCOSUL – CAN são analisados a seguir, a partir das mudanças provocadas nos preços relativos pela liberalização comercial, considerando um modelo de consistência de equilíbrio geral do comércio mundial, o que é objeto da próxima seção.

## **IV O ACORDO MERCOSUL E A COMUNIDADE ANDINA – RESULTADOS DE UM EXERCÍCIO DE MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL**

Os efeitos finais de um acordo de livre comércio, mesmo que restrito a um processo de liberalização tarifária intra-regional, não são triviais para quantificar. A alteração provocada nos preços relativos estimula realocações nas estruturas de produção e consumo dos países-membros. Adicionalmente, o montante de investimentos e sua distribuição podem ser modificados. Considerando-se ainda que os atuais acordos de livre comércio englobam muitas vezes negociações sobre barreiras não-tarifárias, regras sobre investimentos, compras governamentais, entre outras negociações, a estimativa de efeitos quantitativos torna-se ainda mais complexa.

O modelo proposto para a avaliação do acordo de livre comércio MERCOSUL – CAN é um modelo estático de equilíbrio geral do comércio mundial – o modelo GTAP (*Global Trade Analysis Project*). Neste modelo, os efeitos da liberalização consideram as relações inter-setoriais, as estruturas de consumo e de uso diferenciado de insumos domésticos e importados. Sob esse prisma, são considerados os efeitos na produção e nos fluxos de exportação pelo uso de insumos importados a preços menores. A renda real da economia também poderá aumentar pelo aumento do poder de compra associado ao consumo de produtos a preços menores. Em suma, o modelo permite estimar impactos setoriais e sobre a renda total da

economia, a partir dos efeitos alocativos na produção e no consumo gerados pela liberalização tarifária<sup>19</sup>.

Ressalta-se que os resultados gerados por um exercício estático de liberalização devem ser interpretados apenas como indicadores preliminares de um acordo de livre comércio. Os efeitos dinâmicos, como já salientados, tendem a dominar a trajetória do processo de integração. Além disso, as condições macroeconômicas dos países influenciam os resultados efetivamente observados. A contribuição básica desse exercício é o de permitir um mapeamento consistente, em que são consideradas todas as relações de interdependência de um sistema econômico.

#### IV.1. *Os Exercícios Propostos para a Avaliação do Acordo de Livre Comércio Mercosul – Comunidade Andina*

Parte-se da base de dados do modelo GTAP, onde as informações são referentes, de forma geral, ao ano de 1995.

A primeira simulação consistiu na liberalização simultânea do comércio intra-regional do MERCOSUL e da CAN e do comércio inter-regional entre esses dois grupos.

Foram definidos três setores: produtos agrícolas, manufaturados e serviços<sup>20</sup>. As regiões no exercício são MERCOSUL, Comunidade Andina e Resto do Mundo.

O segundo exercício partiu de uma agregação pautada em indicadores sobre participação dos principais fluxos comerciais no comércio inter-regional e do comércio intra-indústria, além de informações sobre os setores considerados sensíveis nas negociações. Um exemplo é o setor siderúrgico e o de equipamentos de transporte, em especial o de veículos. Foram considerados os seguintes setores: cereais, grãos e sementes oleaginosas, bebidas e tabaco,

<sup>19</sup> Uma descrição das principais características do modelo GTAP é apresentada no anexo.

<sup>20</sup> Ver no anexo a descrição da agregação.

produtos químicos/borracha/plásticos, metais ferrosos e produtos de metais, equipamentos de transporte, outras máquinas e equipamentos, agrícolas, outros manufaturados e serviços. Dado que efetivamente o modelo não simula uma liberalização de regulações de serviços – sendo esses pautados numa classificação de matriz insumo-produto – não se apresentam os resultados para esse setor.

A escolha das regiões visou a uma avaliação desagregada do impacto da liberalização sobre as maiores economias em cada região. Como o modelo exige estimativas de número igual de produtos e regiões, acrescentaram-se o México – dado o acordo G-3, de liberalização entre Colômbia, Venezuela e México – os Estados Unidos e a União Européia como importantes mercados para as regiões analisadas, e também o grupo restante da América Latina. Assim, o exercício considerou as seguintes regiões: Argentina, Brasil, Venezuela, Colômbia, resto da Comunidade Andina, México, Estados Unidos, resto da América Latina, União Européia e resto do Mundo.

No exercício, inicialmente liberalizou-se o comércio intra-regional do MERCOSUL para depois proceder-se a uma liberalização MERCOSUL – CAN.

#### IV.1.1. *Resultados da Agregação por Grandes Setores*

A tabela 4.1 mostra as reduções tarifárias para a liberalização do comércio intra-regional e do comércio inter-regional. Observa-se que tanto para o MERCOSUL como para a Comunidade Andina as maiores reduções estão associadas aos bens manufaturados, na liberalização inter-regional.

**TABELA 4.1**

<b>Redução Tarifária para Liberalizar o Comércio Mercosul</b>			
<b>Produtos/Paises</b>	<b>MERCOSUL</b>	<b>Comunidade Andiana</b>	<b>Resto do Mundo</b>
Agrícolas	-4.56	-8.77	-4.39
Manufaturas	-12.47	-11.97	-12.52
Serviços	0.00	0.00	0.00
<b>Redução Tarifária para Liberalizar o Comércio Comunidade Andiana</b>			
<b>Produtos/Paises</b>	<b>MERCOSUL</b>	<b>Comunidade Andiana</b>	<b>Resto do Mundo</b>
Agrícolas	-5.65	-6.85	-4.67
Manufaturas	-10.34	-8.95	-10.57
Serviços	1.96	-3.17	-2.88

Fonte: GTAP

Na criação da zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, as reduções tarifárias no comércio intra-regional são similares para produtos agrícolas e bem superiores para manufaturados no caso do MERCOSUL. Atenta-se que, como o modelo trabalha com tarifas ponderadas pelo comércio bilateral, parte desse resultado pode estar mostrando o maior peso desse agregado no comércio intra-regional do MERCOSUL. Quanto aos serviços, não há incorporação de uma *tarifação* das regulações que afetam esses fluxos<sup>21</sup>.

As tabelas 4.2 e 4.3 mostram os resultados básicos do exercício proposto. Na hipótese de uma liberalização simultânea plena entre MERCOSUL e Comunidade Andina, o valor do PIB do MERCOSUL teria um acréscimo superior ao da Comunidade Andina, derivado em parte do maior impacto sobre os termos de troca favoráveis ao MERCOSUL e da variação no índice de preços. A variação equivalente da renda corresponde a uma medida de variação do excedente do consumidor. No caso, representa apenas 0,44% do PIB do MERCOSUL e 0,27% do PIB da Comunidade. Os resultados negativos para o resto do mundo são esperados num exercício estático.

<sup>21</sup> Sendo um modelo de equilíbrio geral, o GTAP descreve os sistemas econômicos considerando todos os setores. Logo, para manter a consistência dos resultados, o modelo gera os impactos necessários sobre o setor de serviços para assegurar uma área de livre comércio.

**TABELA 4.2****VARIAÇÃO NOS ÍNDICES DO PIB**

%

Países/Blocos Econômicos	Índices de Quantidade	Índices de Preços	Índices de Valor
MERCOSUL	0.20	2.00	2.20
Com. Andiana	0.13	0.82	0.95
Resto do Mundo	0.00	-0.05	-0.06

Fonte: GTAP. Simulação GTAP.

**TABELA 4.3****VARIAÇÃO NOS INDICADORES DE BEM-ESTAR**

%

Países/Blocos Econômicos	Equivalente da Renda (US\$ milhões)	Utilidade	Termos de troca
MERCOSUL	4.383.53	0.50	1.50
Com. Andiana	785.10	0.38	0.70
Resto do Mundo	-3.504.58	-0.01	-0.03

Fonte: Simulação GTAP.

As tabelas 4.4 e 4.5 mostram as variações nos volumes exportados pelo MERCOSUL e a Comunidade Andiana.

**TABELA 4.4****VARIAÇÃO NO VOLUME EXPORTADO DO MERCOSUL**

%

Produtos/Países	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo
Agrícolas	14.19	16.33	-7.71
Manufaturados	94.01	64.67	-8.95
Serviços	-3.80	1.33	-8.12

Fonte: Fonte: Simulação GTAP.

**TABELA 4.5****VARIAÇÃO NO VOLUME EXPORTADO DA COMUNIDADE ANDIANA**

Produtos/Paises	%		
	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo
Agrícolas	46.33	29.02	-3.29
Manufaturados	95.82	56.76	-4.96
Serviços	0.20	10.67	-4.30

Fonte: Simulação GTAP.

Em ambas as regiões os maiores acréscimos se verificam no item de manufaturados. Lembrando que esse exercício está supondo uma liberalização simultânea, destaca-se que na Comunidade o maior acréscimo se verifica nas vendas externas de manufaturados direcionadas para o MERCOSUL. As exportações de produtos agrícolas teriam maiores acréscimos na CAN, sendo novamente que o maior incremento está nas vendas destinadas ao MERCOSUL. As tabelas 4.6 a 4.9 mostram os valores das exportações com os dados base do modelo e os resultados após os experimentos.

**TABELA 4.6****EXPORTAÇÃO DO MERCOSUL (DADOS BASE)**

Blocos/Setores	US\$ milhões			
	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo	Total
Agrícolas	2.975.3	737.9	22.207.2	25.920.4
Manufaturados	8.748.8	2.485.5	32.421.6	43.655.9
Serviços	928.5	175.8	7.472.1	8.576.4
Total	12.652.6	3.399.2	62.100.9	78.152.7

Fonte: Modelo GTAP.

**TABELA 4.7****EXPORTAÇÃO DA COMUNIDADE ANDIANA (DADOS BASE)**

US\$ milhões

Blocos/Setores	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo	Total
Agrícolas	194.0	787.7	7.515.8	8.497.5
Manufaturados	1.430.5	4.027.5	24.790.6	30.248.6
Serviços	131.0	142.0	5.727.7	6.000.7
<b>Total</b>	<b>1.755.5</b>	<b>4.957.2</b>	<b>38.034.1</b>	<b>44.746.8</b>

Fonte: Modelo GTAP.

**TABELA 4.8****EXPORTAÇÃO DO MERCOSUL APÓS LIBERALIZAÇÃO**

US\$ milhões

Blocos/Setores	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo	Total
Agrícolas	3.463.2	875.1	20.892.3	25.230.6
Manufaturados	17.248.7	4.159.4	30.000.6	51.408.7
Serviços	912.8	182.0	7.016.3	8.111.1
<b>Total</b>	<b>21.624.7</b>	<b>5.216.5</b>	<b>57.909.2</b>	<b>84.750.4</b>

Fonte: Simulação GTAP.

**TABELA 4.9****EXPORTAÇÃO DA COMUNIDADE ANDIANA APÓS LIBERALIZAÇÃO**

US\$ milhões

Blocos/Setores	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo	Total
Agrícolas	286.2	1.025.0	7.331.1	8.642.3
Manufaturados	2.825.5	6.368.1	23.763.5	32.957.1
Serviços	132.7	158.9	5.542.5	5.834.1
<b>Total</b>	<b>3.244.4</b>	<b>7.552.0</b>	<b>36.637.1</b>	<b>47.433.5</b>

Fonte: Simulação GTAP.

Os dados-base do modelo mostram que o destino das exportações do MERCOSUL apresenta a seguinte estrutura: MERCOSUL com 16% e CAN com 4,3%. Após a liberalização, os percentuais são, na mesma ordem, de 26% e 6%. Na Comunidade Andina, os percentuais antes da liberalização são de 3,9% para o MERCOSUL e 11% para a Comunidade Andina. Após a liberalização, os mesmos percentuais

são de 6,8% e 16%. Dados efetivos para o ano de 1998 registram que o comércio intra-regional no MERCOSUL, calculado a partir das exportações, foi de 25,3% e o da CAN, de 13,8%. A participação do mercado andino nas exportações totais do MERCOSUL foi de 4,8% e a do MERCOSUL nas exportações andinas, de cerca de 4%. O que os resultados sugerem?

Analisando inicialmente os resultados da simulação, enfatiza-se que o exercício está supondo eliminação completa das tarifas intra e inter-regionais simultâneas, num exercício estático. Sob esse prisma, sugere que o maior aumento de comércio ocorre nos mercados intra-regionais de cada subgrupo. Adicionalmente, o maior incremento seria no comércio intra-regional do MERCOSUL. Pode ser argumentado que os resultados estão enviesados pelo fato de a base do modelo pressupor que maiores reduções tarifárias são necessárias para liberalizar o comércio intra-regional do MERCOSUL do que o são para a Comunidade Andina. Mesmo assim, as diferenças nas reduções tarifárias entre os dois acordos regionais, para efeitos da liberalização, não ultrapassam um intervalo de 3 pontos percentuais no comércio intra-regional e 2 pontos percentuais no comércio inter-regional, ambas relativas ao setor de manufaturados. Logo, como hipótese, a simulação sugere que as economias do MERCOSUL teriam potencialmente maiores oportunidades de comércio intra-regional do que as da Comunidade Andina.

Comparando-se os resultados do exercício com os dados efetivos de comércio dessas regiões no ano de 1998, surgem algumas considerações. O comércio intra-regional do MERCOSUL foi de 25,3%, o que é bastante próximo do exercício de liberalização da ordem de 26%. Considerando que entre Argentina e Brasil, no ano de 1998, vigorava um regime próximo ao livre comércio, e que se está trabalhando com um modelo estático, o resultado sugere que ainda existem possíveis oportunidades para o incremento do comércio intra-regional<sup>22</sup>. No caso da Comunidade Andina, a diferença nos resultados é de 5 pontos percentuais, o que suscita as mes-

<sup>22</sup> Exceções existiam no regime de comércio intra-regional do MERCOSUL no ano de 1998. As mais significativas eram o regime híbrido de livre-comércio e cotas, no caso do setor automotivo, e as restrições para o comércio de açúcar.



mas questões antes mencionadas. Em adição, lembra-se que o Peru não estava ainda integrado totalmente na área de livre comércio em 1998.

Analisando-se de forma desagregada os resultados obtidos, observa-se que as variações no total exportado por cada região apontam um aumento de 8,4% para o MERCOSUL e de 6% para a CAN e que as exportações agrícolas do MERCOSUL diminuiriam em 2,7%. Na CAN, os resultados são todos positivos, exceto para serviços. No entanto, o grande incremento nas exportações de manufaturas no MERCOSUL – cerca de 17% – compensam a queda nas vendas de produtos agrícolas (tabelas 4.10 e 4.11).

**TABELA 4.10**

**VARIAÇÃO NO VALOR EXPORTADO PELO MERCOSUL**

Blocos/Setores	%			
	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo	Total
Agrícolas	16.40	18.59	-5.92	-2.66
Manufaturados	97.16	67.35	-7.47	17.76
Serviços	-1.69	3.53	-6.10	-5.43
<b>Total</b>	<b>70.91</b>	<b>53.46</b>	<b>-6.75</b>	<b>8.44</b>

Fonte: Simulação GTAP

**TABELA 4.11**

**VARIAÇÃO NO VALOR EXPORTADO PELA COMUNIDADE ANDIANA**

Blocos/Setores	%			
	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo	Total
Agrícolas	47.53	30.13	-2.46	1.70
Manufaturados	97.52	58.12	-4.14	8.95
Serviços	1.30	11.90	-3.23	-2.78
<b>Total</b>	<b>84.81</b>	<b>52.34</b>	<b>-3.67</b>	<b>6.00</b>

Fonte: Simulação GTAP

As variações nos volumes exportados por regiões e os grandes agregados apontam queda para as vendas externas de produtos agrícolas do MERCOSUL e pequena variação – menos que 1% – para a CAN. Os maiores efeitos referem-se ao setor de manufatura-

dos, em especial para o MERCOSUL. Para o resto do mundo, o impacto é insignificante, embora positivo para agrícolas e negativo para manufaturados. No caso das importações, variações positivas são maiores para o MERCOSUL. Dada a natureza do exercício – a liberalização simultânea do comércio intra e inter-regional – é sugerido, novamente, que as relações de interdependência econômica são maiores entre os países do MERCOSUL do que entre os da CAN (tabelas 4.12 e 4.13).

**TABELA 4.12**

**VARIAÇÃO NO VOLUME DAS EXPORTAÇÕES AGREGADAS**

Produtos	%		
	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo
Agrícolas	-4.51	0.87	0.27
Manufaturados	15.63	8.01	-0.05
Serviços	-6.15	-3.31	0.15

Fonte: Simulação GTAP.

**TABELA 4.13**

**VARIAÇÃO NO VOLUME DAS IMPORTAÇÕES AGREGADAS**

Produtos	%		
	MERCOSUL	Comunidade Andiana	Resto do Mundo
Agrícolas	7.79	6.10	-0.20
Manufaturados	11.30	7.33	-0.06
Serviços	4.24	2.43	-0.05

Fonte: Simulação GTAP.

Os resultados agregados finais (tabela 4.14) mostram que o efeito desse exercício praticamente não influi nos resultados dos fluxos comerciais do resto do mundo. No entanto, se a queda das importações sugere um possível desvio de comércio, o aumento das exportações aponta um efeito positivo, motivado pelo crescimento da renda nas regiões.

**TABELA 4.14****VARIAÇÃO NO VOLUME DOS FLUXOS DE COMÉRCIO**

Países/Blocos Econômicos	Exportação	Importação
MERCOSUL	5.98	9.71
Com. Andiana	4.87	6.23
Resto do Mundo	0.02	-0.07

Fonte: Simulação GTAP.

A realização da liberalização simultânea do comércio intra e inter-regional sugere, mais uma vez, que no MERCOSUL há um maior grau de interdependência econômica entre os países membros do que na CAN. Indica também que a liberalização, no cenário proposto, embora permitindo ganhos relativamente maiores das exportações da CAN para o MERCOSUL, termina resultando num maior aumento do PIB MERCOSUL e das exportações agregadas.

IV.1.2. *Resultados nos Principais Setores do Comércio Mercosul – CAN*

As tabelas 4.15 e 4.16 mostram as reduções tarifárias para a implementação da área de livre comércio MERCOSUL – CAN.

**TABELA 4.15****REDUÇÃO TARIFÁRIA PARA CRIAÇÃO DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL – CAN: PAÍSES DO MERCOSUL**

Produtos	Brasil		Argentina	
	Venezuela	Colômbia	Venezuela	Colômbia
Cereais, grãos e sementes oleaginosas	17.65	0.00	-7.41	0.00
Produtos alimentícios	-3.57	-10.60	-12.28	-11.64
Bebidas e tabaco	-11.86	-1.96	-16.56	-14.02
Produtos químicos/borracha/plástico	-12.29	-12.43	-9.96	-12.30
Metais ferrosos e Produtos de metais	-5.52	-9.79	-14.31	-13.98
Equipamentos de transporte	-16.67	-13.67	-15.30	-14.98
Outras máquinas e equipamentos	-16.08	-10.21	-10.73	-10.48
Agrícolas/produtos florestais	-8.94	4.98	-8.81	-10.48
Outros manufaturados	-15.75	-7.67	-7.69	-9.56

Fonte: GTAP.

**TABELA 4.16****REDUÇÃO TARIFÁRIA PARA CRIAÇÃO DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL – CAN: PAÍSES DA CAN**

Produtos	Colômbia		Venezuela	
	Argentina	Brasil	Argentina	Brasil
Cereais, grãos e sementes oleaginosas	1.01	-6.56	-0.51	1.01
Produtos alimentícios	-13.79	-14.38	-15.68	-14.97
Bebidas e tabaco	-2.72	-14.02	-16.67	-16.67
Produtos químicos/borracha/plástico	-6.37	-8.34	-10.02	-10.41
Metais ferrosos e Produtos de metais	-10.58	-9.38	-12.98	-9.46
Equipamentos de transporte	-11.19	-12.87	-11.67	-14.92
Outras máquinas e equipamentos	-7.32	-8.43	-9.77	-10.67
Agrícolas/produtos florestais	-9.40	-8.22	-14.32	-12.27
Outros manufaturados	-9.11	-9.89	-13.60	-9.88

Fonte: GTAP

Uma observação deve ser feita em relação aos produtos agrícolas, nos quais o modelo procura capturar os efeitos de políticas de subsídios às exportações, subsídios à produção e barreiras não-tarifárias. O objetivo é o de estimar com maior precisão qual deve ser a variação nos preços de importação praticados pelo país para assegurar uma condição de livre comércio com o parceiro considerado. As fontes de dados são os informes dos países durante a Rodada Uruguai e estimativas baseadas na observação das diferenças entre preços domésticos e internacionais. No caso do Brasil, chama a atenção a hipótese de uma elevação de tarifa da ordem de 17% para liberalizar o comércio de cereais e outros produtos com a Venezuela.

Dado o exercício de liberalização proposto, surgem algumas observações a partir das tabelas seguintes.

Comparando-se os resultados do impacto sobre o PIB em relação ao exercício anterior, ressalta-se um ponto (tabela 4.17): a liberalização simultânea dos mercados CAN e MERCOSUL apontaram para maiores ganhos do MERCOSUL. Quando o mesmo exercício é repetido supondo antes a liberalização do comércio intra-regional no

MERCOSUL, as variações do PIB são mais expressivas para os países da CAN. Nesse caso, os efeitos da liberalização intra-regional dos países da Comunidade é considerado após a constituição da área de livre comércio do MERCOSUL.

**TABELA 4.17**

**VARIAÇÃO NOS ÍNDICES DO PIB ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL - CAN**

Países	Valor	Preços	Quantidade
Argentina	0.35	0.34	0.01
Brasil	0.48	0.44	0.04
Venezuela	1.42	1.42	0.00
Colômbia	2.48	2.47	0.01
Resto da Com. Andiana	0.14	0.01	0.13
México	-0.02	-0.02	0.13
Estados Unidos	-0.03	-0.03	-0.00
Resto da Am. Latina	-0.09	-0.09	0.00
União Européia	-0.02	-0.02	-0.00
Resto do Mundo	0.02	0.02	0.00

Fonte: Modelo GTAP.

Os indicadores de bem-estar mostram também que o impacto para os países andinos seria superior, em comparação com a hipótese anterior, que engloba MERCOSUL e CAN (tabela 4.18).

**TABELA 4.18**

**VARIAÇÃO NOS INDICADORES DE BEM-ESTAR ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL - CAN**

Países	Utilidade (%)	Termos de troca (%)	Equivalente de Renda (US\$ milhões)
Argentina	0.04	0.21	97.88
Brasil	0.12	0.34	742.11
Venezuela	0.36	1.06	231.19
Colômbia	0.94	2.64	658.27
Resto da Com. Andiana	0.10	0.13	71.68
México	-0.01	-0.01	-17.99
Estados Unidos	-0.01	-0.04	-496.18
Resto da Am. Latina	-0.08	0.11	-62.62
União Européia	-0.01	-0.01	-372.50

Fonte: Modelo GTAP.

TABELA 4.19

## CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES POR PRODUTOS ACORDO LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL – CAN

%					
Argentina					
	Brasil	Venezuela	Colômbia	Resto da Com. Andiana	Total
Cereais, grãos e sementes oleaginosas	-0.41	-0.53	-1.12	3.08	-0.73
Produtos alimentícios	-1.25	88.10	100.00	39.14	-0.17
Bebidas e tabaco	-1.64	175.00	50.00	68.89	1.43
Produtos químicos/borracha/plástico	-0.96	43.97	30.68	31.69	1.40
Metais ferrosos e Produtos de metais	-0.64	97.56	83.33	38.89	6.86
Equipamentos de transporte	0.82	186.15	222.22	159.74	1.11
Outras máquinas e equipamentos	-0.42	70.59	49.52	52.60	1.83
Agrícolas/produtos florestais	-0.03	75.12	55.39	-28.68	1.41
Outros manufaturados	-3.54	104.55	75.89	62.12	-0.10
<b>Total</b>	<b>-0.40</b>	<b>68.38</b>	<b>53.03</b>	<b>22.94</b>	<b>0.81</b>
Brasil					
	Argentina	Venezuela	Colômbia	Resto da Com. Andiana	Total
Cereais, grãos e sementes oleaginosas	0.00		100.00	7.69	-1.06
Produtos alimentícios	-3.52	80.43	76.67	39.33	-1.02
Bebidas e tabaco	-1.50	100.00	100.00	72.41	1.50
Produtos químicos/borracha/plástico	-0.48	45.52	42.01	30.47	2.19
Metais ferrosos e Produtos de metais	-0.20	57.71	69.17	43.39	1.73
Equipamentos de transporte	-0.83	321.97	272.68	245.79	10.93
Outras máquinas e equipamentos	-1.14	80.07	59.15	51.58	3.88
Agrícolas/produtos florestais	-2.79	57.22	46.46	53.19	-1.13
Outros manufaturados	-2.26	60.39	84.07	47.74	0.12
<b>Total</b>	<b>-1.11</b>	<b>100.02</b>	<b>70.02</b>	<b>80.17</b>	<b>1.61</b>
Colômbia					
	Argentina	Brasil	Venezuela	Resto da Com. Andiana	Total
Cereais, grãos e sementes oleaginosas			25.00	0.00	9.09
Produtos alimentícios	57.14	51.92	63.76	68.18	5.89
Bebidas e tabaco			155.56	137.50	55.00
Produtos químicos/borracha/plástico	53.73	53.42	32.37	34.28	15.49
Metais ferrosos e Produtos de metais	106.67	57.58	68.90	73.00	6.84
Equipamentos de transporte	340.00	240.00	217.50	200.00	41.91
Outras máquinas e equipamentos	93.75	62.50	59.45	77.25	26.77
Agrícolas/produtos florestais	52.67	-24.76	52.83	74.43	-2.73
Outros manufaturados	54.60	35.18	82.50	136.58	13.85
<b>Total</b>	<b>26.42</b>	<b>28.76</b>	<b>69.79</b>	<b>98.45</b>	<b>5.56</b>



continuação

	Venezuela				
	Argentina	Brasil	Colômbia	Resto da Com. Andiana	Total
Cereais, grãos e sementes oleaginosas			1.25		-1.57
Produtos alimentícios	76.00	16.18	-10.23	81.67	1.59
Bebidas e tabaco	175.00	104.76	3.74	160.00	10.48
Produtos químicos/borracha/plástico	45.39	59.18	-0.34	33.84	2.69
Metais ferrosos e Produtos de metais	128.57	30.67	-6.82	25.42	-2.63
Equipamentos de transporte	459.26	500.00	-9.71	320.57	37.90
Outras máquinas e equipamentos	85.71	159.68	-4.50	83.51	10.62
Agrícolas/produtos florestais		75.00	-12.09		-6.93
Outros manufaturados	48.54	145.84	-2.52	29.64	2.44
<b>Total</b>	<b>73.39</b>	<b>130.32</b>	<b>-5.16</b>	<b>62.47</b>	<b>2.69</b>

Fonte: GTAP.

O impacto sobre os valores exportados por setores está descrito na tabela 4.19 para a Argentina, Brasil, Colômbia e Venezuela. As variações referem-se aos resultados obtidos no momento do acordo de livre comércio MERCOSUL e CAN e os registrados após a constituição da área de livre comércio do MERCOSUL. Novamente, é importante enfatizar que o impacto sobre os países andinos considera os dois processos de liberalização: com o MERCOSUL e o intra-Comunidade.

Em termos globais, as exportações colombianas são as que apresentam o maior aumento – 5,5% –, seguidas das da Venezuela (2,7%), do Brasil (1,6%) e da Argentina (0,8%).

As exportações brasileiras e argentinas apresentam maiores acréscimos para o mercado venezuelano em relação ao colombiano. Ressalta-se, porém, que no caso brasileiro há uma diferença de 30 pontos percentuais a favor das exportações para a Venezuela. Já as exportações argentinas registram uma diferença de apenas 13 pontos. Incrementos acima de 100% estão presentes nas exportações brasileiras de bebidas e tabaco (Colômbia e Venezuela), equipamentos de transportes (Colômbia e Venezuela) e cereais (Colômbia). Na pauta argentina, são destacados produtos alimentícios (Colômbia); bebidas e tabaco (Venezuela); equipamentos de transportes (Colômbia e Venezuela) e outras manufaturas (Venezuela).

A queda nos valores exportados no comércio entre o Brasil e a Argentina são explicadas pelo efeito estático de mudanças nos preços relativos, provocado pelo choque tarifário a favor dos países andinos.

As exportações globais da Colômbia crescem em 5,5%, sendo que para os demais andinos é de 98%, para a Venezuela, de 70%, para o Brasil, de 29%, e para a Argentina, de 26,4%. Observa-se que como o exercício contemplou ao mesmo tempo a liberalização com o MERCOSUL e o comércio intra-Comunidade, os maiores ganhos da Colômbia estão associados, num primeiro momento, ao seu espaço sub-regional. Em termos setoriais, os maiores aumentos estão associados aos equipamentos de transportes. Salienta-se, porém, que mesmo considerando esse acréscimo essas exportações representam apenas 0,8% e 1,3% das exportações colombianas para o Brasil e a Argentina, respectivamente. Já na pauta de exportações para a Venezuela, o setor explica 11% do total exportado da Colômbia para esse mercado.

Os resultados da Venezuela mostram que os maiores aumentos nas exportações ocorrem para o mercado brasileiro (130%), seguido do da Argentina (74%). Os setores mais beneficiados são os de produtos alimentícios e equipamentos de transporte. Para a Argentina, destaca-se ainda as exportações de metais e seus derivados – aumento de 129%. Os resultados para a Colômbia devem ser avaliados com cautela. Na base de dados do modelo, enquanto grande parte das tarifas praticadas pela Colômbia em relação às importações venezuelanas são nulas, o mesmo não ocorre com as tarifas da Colômbia em relação às importações oriundas da Venezuela<sup>23</sup>. Assim, quando se liberaliza o comércio entre esses dois países, o impacto sobre as exportações venezuelanas para a Colômbia é negativo, na presença do processo de liberalização com o MERCOSUL<sup>24</sup>.

Segundo a Secretaria Geral da Comunidade Andina, uma área de livre comércio entre Colômbia e Venezuela já vigora, desde 1993. Logo, o que se poderia esperar seria um menor crescimento das

<sup>23</sup> Somente cereais e outros produtos agrícolas exigem reduções tarifárias de 0,5% e 2% para que a Colômbia implemente livre comércio com a Venezuela.

<sup>24</sup> A lógica é a mesma que explica as quedas observadas nas exportações, no comércio entre o Brasil e a Argentina.



exportações da Colômbia para a Venezuela, supondo o ano-base de 1995. No entanto, esse fato não invalida as tendências observadas nos resultados de um acordo de livre comércio MERCOSUL e Comunidade Andina.

Nos resultados agregados sobre as exportações setoriais, a Argentina apresenta maior incremento nas exportações de produtos de metais (6,9%) e o Brasil registra maior aumento nas exportações de equipamentos de transportes (11%). A Colômbia mostra um aumento de 55% no item de bebidas e tabaco, associado unicamente ao incremento das exportações na região andina. Já o aumento de 42% para equipamentos de transportes não só é explicado pela liberalização do comércio intra-regional andino como também pelas maiores exportações para o mercado brasileiro e argentino. No caso da Venezuela, os maiores acréscimos residem no grupo de equipamentos de transporte, seguido de outras máquinas e equipamentos e bebidas e tabaco.

Conclui-se que, em princípio, a liberalização entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina sugere que impactos positivos no comércio de manufaturas podem ocorrer para todos os países de ambas as regiões. Lembra-se, porém, que esse é um exercício estático, onde somente são considerados os efeitos de mudanças de preços relativos na alocação de recursos. Num cenário dinâmico, as mudanças nas alocações de recursos provocadas por uma liberalização tarifária dependem de outros fatores – investimentos, estruturas de mercado, qualidade dos produtos, por exemplo.

#### IV.2. *Considerações Adicionais*

Foram apresentadas apenas duas das simulações realizadas para a avaliação do acordo de livre comércio MERCOSUL – Comunidade Andina no âmbito da pesquisa desenvolvida para o Projeto CEPAL/IPEA. Foram realizados mais cinco exercícios, sendo aqui apresentados apenas os resultados sobre as variações nos índices de valor do PIB.

A tabela 4.20 permite a comparação dos resultados obtidos nos diversos exercícios. Os cenários 1 e 5 correspondem aos exercícios já descritos no presente artigo.

**TABELA 4.20**

**VARIAÇÃO NOS ÍNDICES DE VALOR DO PIB**

Cenários Analisados	MERCOSUL			Comunidade Andiana		
	Brasil		Argentina	Colômbia	Venezuela	Demais Andinos
Área de Livre Comércio MERCOSUL e CAN juntos (1)		2.2			1.0	
MERCOSUL e Área de Livre Comércio CAN (2)		0.5		-0.3	-0.1	0.9
MERCOSUL e Área de Livre Comércio Colômbia/ Venezuela (3)		0.3		1.2	-0.3	-0.1
Acordo Colômbia, Venezuela e México (4)		0.0		1.1	-0.3	0.0
Livre Comércio MERCOSUL e após Livre Comércio com CAN (5)	0.5		0.4	2.5	1.4	0.4
Acordo Brasil/CAN (6)	0.4		0.0	2.6	1.0	-0.1
Constituição do MERCOSUL		4.7		0.2	1.6	-0.2

Fonte: Simulação GTAP.

(1) A liberalização do comércio intra-regional do MERCOSUL e CAN e do comércio inter-regional das regiões é simultâneo.

(2) Após a criação da união aduaneira MERCOSUL e a área de livre comércio CAN, considera a liberalização dos dois regiões.

(3) Após a criação da união aduaneira MERCOSUL liberaliza simultaneamente o comércio intra-regional Colômbia/Venezuela e o comércio inter-regional desses países com o MERCOSUL.

(4) Após a criação da união aduaneira do MERCOSUL, cria acordo livre comércio G-3.

(5) Liberalização prévia do comércio intra-regional no âmbito do MERCOSUL e após liberalização simultânea do comércio intra-regional CAN e com o MERCOSUL.

(6) considera a liberalização proposta no acordo entre o Brasil e os países da Comunidade.

O cenário 2 foi construído a partir de três etapas: constituição do MERCOSUL como união aduaneira perfeita e, simultaneamente, liberalização do comércio intra-regional Colômbia e Venezuela; liberalização plena do comércio de Colômbia e Venezuela com o resto dos países da Comunidade Andina, criando-se a área de livre comércio andina; e liberalização do comércio entre o MERCOSUL e o conjunto dos países andinos<sup>25</sup>. Nesse exercício considerou-se os países do MERCOSUL como uma única região.

O cenário 3 englobou as seguintes etapas: constituição da união aduaneira plena do MERCOSUL e liberalização simultânea do comércio intra-regional de Colômbia e Venezuela e do comércio desses países com o MERCOSUL. No cenário 4, após a constituição do MERCOSUL é simulado o acordo de livre comércio Colômbia,

<sup>25</sup> A constituição da união aduaneira do MERCOSUL foi obtida pela liberalização do comércio intra-regional e a imposição da tarifa externa comum plena sobre a região MERCOSUL.

Venezuela e México. A motivação foi comparar os efeitos dessas liberalizações – MERCOSUL e G-3 – para Colômbia e Venezuela.

O cenário 5 simulou as reduções tarifárias inseridas no acordo Brasil-Comunidade Andina de 1999. O cenário 6 mostra os resultados obtidos quando da implementação da tarifa externa comum plena do MERCOSUL.

Avaliando os resultados descritos, duas comparações devem ser distinguidas. Uma se refere à constituição da área de livre comércio plena entre as regiões, a partir da base de dados do modelo, e outra, supondo a união aduaneira do MERCOSUL. Para os países andinos, maiores aumentos do PIB são gerados no primeiro caso. Quando se realiza a liberalização, após a união aduaneira MERCOSUL, a variação do PIB é negativa para a Colômbia (0,3%) e a Venezuela (0,1%). Como explicar esse resultado?

Primeiro, todos os indicadores de bem-estar apresentam variações negativas, exceto os termos de troca para a Venezuela. Assim, os índices de utilidade diminuem em 0,08% para a Colômbia e 0,01% na Venezuela. As perdas de equivalentes da renda são de US\$ 56,9 milhões para a Colômbia e US\$ 7,9 milhões para a Venezuela. Os termos de troca caem em 0,2% para a Colômbia e a variação é próxima de zero para a Venezuela. As alterações são pequenas, assim como os percentuais de queda do PIB.

Segundo, lembra-se que no cenário 5 a liberalização da área de livre comércio do MERCOSUL com os países da Comunidade é realizada ao mesmo tempo que a liberalização do comércio intra-regional dos países da CAN. Já no cenário 2, além da vigência plena da TEC MERCOSUL, a liberalização entre as duas regiões do acordo é realizada após a liberalização intra-regional da Comunidade Andina. Ocorre que a liberalização promovida a partir dos dados do modelo supõe maiores reduções tarifárias que a TEC MERCOSUL. Sob esse prisma, o choque tarifário gerado pela desgravação da TEC no comércio com os países andinos é menor do que o efeito da liberalização, a partir dos dados do modelo.

Terceiro, os resultados também sugerem que o momento de liberalização do comércio intra-regional dos países andinos é rele-

vante. Parte do aumento expressivo do PIB da Colômbia, no cenário 5, pode estar associado ao estímulo dessa liberalização. Comparando-se os dados da Venezuela e Colômbia em todos os exercícios, as simulações sugerem que para a Colômbia os efeitos intra-regionais são mais importantes do que para a Venezuela. Essa conclusão também é sugerida no cenário 3, onde a liberalização de Colômbia e Venezuela com a união aduaneira MERCOSUL é realizada concomitantemente à implementação do livre comércio intra-regional dos países andinos selecionados – o PIB da Colômbia aumenta em 1,2% e o da Venezuela cai em 0,3%. No cenário 4, de constituição do G-3, o mesmo comportamento é observado. Como já foi salientado antes, entretanto, esse resultado deriva, em parte, das diferenças nas estruturas tarifárias supostas no modelo do comércio entre a Colômbia e a Venezuela<sup>26</sup>. No entanto, constata-se o mesmo resultado para a Venezuela no cenário 2, quando a liberalização com o MERCOSUL é posterior ao livre comércio andino.

Para os países do MERCOSUL, uma vez já constituído o livre comércio intra-regional (cenário 5) ou a plena união aduaneira (cenário 2), a variação do PIB é similar, da ordem de 0,5%. Também no acordo Brasil – CAN (cenário 6), o efeito sobre o PIB Brasil é similar e nulo para a Argentina.

Finalmente, comparando-se as alterações nas pautas de exportações por mercados de destino, o experimento da liberalização supondo o livre comércio do MERCOSUL e a união aduaneira do MERCOSUL apresentam resultados finais similares. No cenário 2, as exportações para a Comunidade Andina na pauta do MERCOSUL aumentam de 3,7% para 6%. No cenário 5, onde Brasil e Argentina são analisados separadamente, os resultados do acordo, partindo-se da área de livre comércio MERCOSUL, são de um aumento de 3,7% para 5,2% na pauta argentina e de 3,7% para 6,7% na do Brasil.

Para a Colômbia, o cenário 2 propicia um aumento de 2,6% para 3,7% do percentual de suas exportações globais destinadas ao MERCOSUL. Já para a Venezuela, o resultado é um elevação de

<sup>26</sup> Enquanto a Colômbia pratica um regime próximo ao de livre comércio com a Venezuela, esta apresenta tarifas (média de 12%) que exigem reduções no comércio com a Colômbia

9,7% para 10,2%. No cenário 5, as exportações da Colômbia para o Brasil elevam a sua participação de 1,3% para 1,5%, e para a Argentina, de 1,1% para 1,3%. A participação das exportações globais da Venezuela destinadas ao Brasil passa de 4% para 8,9% e esse mesmo percentual, tendo a Argentina como destino, aumenta de 0,3% para 0,5%.

## V CONCLUSÕES E SUMÁRIO

O objetivo desse estudo foi o de realizar um mapeamento preliminar dos possíveis efeitos econômicos da proposta de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Os ganhos esperados de um acordo de livre comércio não se resumem aos efeitos estáticos de criação e desvio de comércio. Os efeitos dinâmicos da integração associados aos ganhos de economias de escala, estímulo aos investimentos, transferência de tecnologia, fusões empresarias, entre outros, são, em última análise, o que irá propiciar o crescimento e a consolidação da integração regional.

Os efeitos dinâmicos da integração não são, entretanto, facilmente mensuráveis. Esses dependem de decisões, em que as expectativas dos agentes econômicos são influenciadas pela própria percepção do impacto da liberalização e do contexto geral doméstico e internacional onde se moldam essas mesmas decisões. Sob esse prisma, parte-se da suposição de que haja uma firme decisão política de compromisso com a liberalização regional, em especial quando se trata de regiões onde os laços de interdependência econômica são ainda relativamente pequenos.

Na seção dois, a breve análise das negociações entre as regiões sugere que a proposta de livre comércio seria motivada, de forma geral, por duas razões. A primeira é relativa aos possíveis ganhos de acesso a mercados e novas oportunidades de investimentos e a segunda, associada ao quadro de fortalecimento das regiões no contexto da integração hemisférica. No entanto, em ambos os casos não há sinais consensuais da importância desses temas entre os

países de ambas as uniões aduaneiras. Não são meros acasos o fato de o prazo previsto para o início da área de livre comércio – janeiro de 2000 – não ter sido cumprido e que o Brasil tenha se antecipado e realizado um acordo de preferências tarifárias, antes de seus parceiros do MERCOSUL.

A análise das relações comerciais entre as regiões é objeto da seção três. O comércio inter-regional aponta um crescimento de 13,6% das exportações do MERCOSUL para a Comunidade Andina e de 10,7% da Comunidade para o MERCOSUL, no período de 1990-1998. O MERCOSUL explica 4,5% do total das exportações extrazona da Comunidade, sendo que os Estados Unidos representam 45% desse total e a União Européia, 18,7%, em 1998. A Comunidade representa 6,5% das exportações extrazona do MERCOSUL, sendo o maior parceiro deste a União Européia, com um percentual de 33%, seguida da região do NAFTA, que registra participação de 22%. Os dados indicam que os países andinos teriam um comércio de caráter relativamente menos multilateral que os países do MERCOSUL, o que pode influenciar na busca de posições comuns no quadro de negociações externas de ambas as regiões. Ressalta-se, porém, que mesmo não havendo elevados percentuais nas pautas de exportações extrazona entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, o comércio entre essas regiões é o que apresenta maiores elevações nos índices de participação dessas pautas.

A análise dos fluxos de exportações por grandes grupos aponta que no MERCOSUL não há diferenças significativas na estrutura da pauta destinada para o mundo, Comunidade e MERCOSUL. Basicamente, para todos esses mercados predominam as exportações de manufaturados, que são de 76% para a CAN, 60% para o mercado intra-regional e 51% para o mundo. No caso da Comunidade, a composição da pauta para o MERCOSUL e o mundo é similar, predominando combustíveis. Já no comércio intra-regional sobressaem as exportações de manufaturados com cerca de 56%, um valor muito superior ao registrado por esse agregado nas exportações andinas para o MERCOSUL – 11%. Até que ponto a liberalização com o MERCOSUL irá permitir a expansão das exportações de manufaturas para esse mercado sem prejuízo para o comércio intra-regional é, em princípio, uma questão importante nesse processo.

A seção quatro apresentou os impactos de um acordo de livre comércio entre MERCOSUL e Comunidade Andina mediante um modelo de equilíbrio geral – GTAP (*Global Analysis Trade Project*).

A liberalização do comércio intra-regional do MERCOSUL e da Comunidade simultânea com a criação da área de livre comércio entre essas regiões gera aumentos do PIB de 2,2% para o MERCOSUL e de 1% para a CAN. Caso se analise a constituição da área de livre comércio MERCOSUL – CAN, considerando-se que o acordo seja realizado após a plena união aduaneira do MERCOSUL e plena liberalização do comércio intra-regional dos países da Comunidade, os resultados sobre a variação no valor do PIB são positivos para o MERCOSUL (0,5%) e demais andinos (0,9%), e negativos para Colômbia (0,3%) e Venezuela (0,1%).

Esses resultados, em especial para os países andinos, sugerem que os efeitos de um acordo de liberalização entre duas regiões não dependem apenas dos possíveis ganhos com os novos parceiros. Interessa também avaliar possíveis perdas no espaço intra-regional já conquistado, como também a concorrência que irá se estabelecer nos novos mercados com os sócios das respectivas uniões aduaneiras. Sob esse prisma, ao se obter diferentes resultados em função dos cenários de liberalização propostos, sugere-se que os cronogramas de desgravação tarifária e o ritmo de integração já alcançado em cada subespaço regional influenciarão os efeitos do acordo, em especial para os países andinos.

Os expressivos aumentos nos fluxos exportados inter-regionais sinaliza que a liberalização poderá induzir mudanças na realocação de recursos e estímulos para a formação de empreendimentos comuns entre as regiões. Ressalta-se que o aumento do comércio inter-regional está em grande parte concentrado no setor de manufaturas.

Em suma, conclui-se que o potencial econômico das relações entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL é positivo para ambas as regiões, mas que são relativamente pequenos, caso se restrinjam a uma análise de fluxos comerciais baseada nas atuais pautas entre os países. Parcerias na construção, para a integração, da infra-estrutura física e energética das regiões e estímulo ao aumento do co-

mércio inter-setorial por meio de investimentos regionais são elementos importantes para a geração dos benefícios do acordo de livre comércio.



## ANEXOS

### A. 1. *Descrição do Modelo GTAP* (*Global Trade Analysis Project*)

A construção dos modelos aplicados de equilíbrio geral (AEG) pauta-se na teoria econômica de equilíbrio geral. Nesse sentido são preservadas as hipóteses usuais no GTAP.

São considerados como dados o estoque dos fatores primários de produção (terra, trabalho e capital), a tecnologia e a preferência dos consumidores. Os fatores primários são de propriedade dos indivíduos (ou unidades familiares), e estes recebem renda por sua utilização na produção de mercadorias e serviços. As unidades familiares maximizam a utilidade da renda que recebem através da escolha de cestas de consumo, o que depende de suas preferências, da própria renda de que dispõem e dos preços. As firmas maximizam lucro utilizando fatores de produção, insumos e os métodos de produção disponíveis. A interdependência das decisões descrita é representada na teoria de equilíbrio geral por um sistema de funções de oferta e demanda. A hipótese básica é que, no mercado, os preços irão se ajustando até que as demandas e ofertas se igualem.

O que torna o GTAP um modelo de equilíbrio geral não são restrições neoclássicas impostas para que se obtenha uma solução. Os modelos AEG têm, em grande medida, sua natureza de equilíbrio geral derivada da listagem exaustiva das relações de identidades contábeis que descrevem a economia. No caso de um modelo de comércio mundial, é necessário considerar dados de fluxos de comércio externo, estrutura das tarifas de importação, subsídios, matrizes de insumo-produto, entre outros, das regiões descritas. São



essas informações pautadas em dados empíricos que asseguram a consistência das identidades contábeis. Também são essas identidades que permitem verificar se a solução de equilíbrio geral é ou não satisfeita.

A estrutura de produção do modelo é bastante convencional. Admite-se elasticidade de substituição constante entre os fatores de produção e entre os insumos domésticos e importados. Além disso, é suposto que não há substituição entre fatores primários e insumos. Os insumos importados são diferenciados por origem e também são discriminados bens importados dos bens domésticos<sup>27</sup>. O valor adicionado é também obtido por uma função de produção com elasticidade de substituição constante, que, por sua vez, é combinada (substituição zero) com o insumo agregado para gerar o produto.

A renda regional no modelo é destinada para consumo privado, despesas do governo e poupança, sendo que a divisão entre essas três categorias é determinada por uma função de utilidade *Cobb-Douglas*. Isto é, as parcelas de renda regional apropriadas por cada uma das categorias permanece fixa. Como se analisam as demandas do governo e das unidades familiares privadas?

Uma vez determinada a renda destinada ao governo, sua alocação entre as mercadorias segue um processo *Cobb-Douglas*. Em seguida, a demanda do governo está sujeita a uma estrutura similar da demanda das firmas por insumos, onde produtos domésticos e importados de fontes distintas são diferenciados por um conjunto de parâmetros *Armington*.

A demanda das unidades familiares privadas é modelada usando uma forma funcional CDE (*Constant Difference of Elasticities*), escolhida porque permite de forma relativamente simples calibrar as funções de demanda, considerando os dados sobre elasticidade de preços e de renda. Além disso, permite que as participações das despesas por produto variem com os níveis de renda.

Quanto aos fatores de produção, as seguintes hipóteses são realizadas: capital e trabalho são plenamente móveis, e logo seus

<sup>27</sup> Essa diferenciação é conhecida na literatura como *Armington approach*.

preços não variam entre os setores; e terra é usada somente em dois setores – agricultura e pecuária – e não é móvel.

A contribuição central do GTAP é a sua base de dados, que é regularmente revista. Essa inclui 45 regiões e 50 setores (ver quadros A e B). Salienta-se que a base de dados combina informações detalhadas sobre fluxos de comércio e estruturas de proteção que permitem definir as relações entre regiões e, ainda, informações sobre as economias nacionais mediante a incorporação das matrizes de insumo-produto de cada país.

Com respeito à base de dados referente à estrutura de proteção do GTAP, os dados de tarifas de importação são coletados a partir da UNCTAD, por meio do projeto TRAINS, e de fontes adicionais, para países não cobertos pelo TRAINS. Essas tarifas são ponderadas pelo valor das importações para se obter as médias tarifárias nos setores englobados pelo GTAP. A versão utilizada no presente estudo – versão 4 do GTAP – incorpora, de forma geral, a base tarifária vigente em 1995 para a maioria dos países. Também são consideradas, no caso do setor agrícola, as margens equivalentes de subsídios na determinação dos preços, e para os produtos cobertos pelo Acordo Multifibras são estimados equivalentes tarifários referentes ao ano de 1995.

## QUADRO A

### PAÍSES E REGIÕES DO MODELO GTAP

Regiões e países da ALCA	União Européia	Resto da Europa
Argentina	Reino Unido	Associação Européia de Livre Comércio
Brasil	Alemanha	Associação da Europa Central
Chile	Dinamarca	Antiga União Soviética
Uruguai	Suécia	Turquia
Venezuela	Finlândia	
Colômbia	Resto da União Européia	
Resto do Pacto Andino		
Resto da América do Sul		
México		
Canadá		
Estados Unidos		
América Central e Caribe		

Ásia	Demais Regiões
Japão	Austrália
Coreia do Sul	Nova Zelândia
Indonésia	União Aduaneira da África do Sul
Malásia	Resto do Sudeste Africano
Filipinas	Resto do Oriente Médio
Singapura	Resto da África Subsaariana
Taiilândia	Marracos
Vietnã	Resto da África do Norte
China	Resto do Mundo
Hong Kong	
Taiwan	
Índia	
Sri Lanko	
Resto do sul da Ásia	

## QUADRO B

### LISTA DE PRODUTOS DO MODELO GTAP

1. Arroz; 2. Trigo; 3. Cereais e Grãos; 4. Vegetais, frutas, nozes; 5. Sementes oleaginosas; 6. Cana de açúcar e beterraba; 7. Plantas fibrosas; 8. Outras culturas; 9. Gado bovino, ovino; 10. Outros animais; 11. Leite in natura; 12. Lã e seda; 13. Recursos florestais; 14. Pesca; 15. Carvão; 16. Óleo; 17. Gás; 18. Minerais; 19. Produtos animais (bovinos e ovinos); 20. Outros produtos animais; 21. Vegetais, óleos e gorduras; 22. Produtos lácteos; 23. Arroz processado; 24. Açúcar; 25. Produtos alimentícios; 26. Bebidas e tabaco; 27. Têxteis; 28. Vestuário; 29. Produtos de couro; 30. Produtos de madeira; 31. Produtos de papel; 32. Petróleo, Produtos de carvão; 33. Produtos químicos, borracha, plásticos; 34. Outros produtos minerais; 35. Metais ferrosos; 36. Outros metais; 37. Produtos de metais; 38. Veículos a motor e partes; 39. Equipamentos de transporte; 40. Equipamento eletrônico; 41. Outras máquinas e equipamentos; 42. Outras manufaturas; 43. Eletricidade; 44. Gás manufaturado; 45. Água; 46. Construção; 47. Comércio, transporte; 48. Finanças, negócios, lazer; 49. Administração pública, defesa, saúde e educação; 50. Moradia.

Para uma descrição detalhada do modelo GTAP, ver HERTEL, T. W. (ed.). *Global trade analysis: modeling and applications*. (Cambridge University Press, 1997).

## A. 2. *Agregações nos Exercícios Apresentados*

### Agregação de 3 Setores e 3 Regiões

O setor de produtos agrícolas inclui os itens de 1 a 14 e de 19 a 25 do quadro B. O setor de manufaturados inclui os itens de 15 a 18 e de 26 a 42, e o de serviços, os itens restantes do mesmo quadro. Há uma certa arbitrariedade nessa classificação, na medida em que carvão, óleo, gás e minerais foram incorporados ao setor de manufaturas, para se manter uma coerência da cadeia agro-industrial.

As regiões são o MERCOSUL (Argentina, Brasil e Uruguai), a Comunidade Andina (Colômbia, Venezuela e resto do Pacto Andino) e o resto do mundo (demais regiões e países).

### Agregação de 10 Setores e 10 Regiões

O exercício considerou as seguintes regiões: Argentina, Brasil, Venezuela, Colômbia, resto da Comunidade Andina, México, Estados Unidos, resto da América Latina (Chile, resto da América do Sul, América Central e Caribe) União Européia e resto do mundo.

Os produtos foram agregados nos setores de cereais, grãos e sementes oleaginosas (itens 3 e 5 do quadro B), de bebidas e tabaco (item 26), de produtos químicos, borracha e plásticos (item 33), de metais ferrosos e produtos de metais (itens 35 e 37), de equipamentos de transporte (item 39), de outras máquinas e equipamentos (item 41), agrícola (itens 1 a 14, exceto 3 e 5, e 19 a 25), de outros manufaturados (itens 15 a 18 e 26 a 42, exceto 26, 33, 35, 37, 39 e 41) e de serviços (43 a 50).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMANN, R., Nota sobre as relações intra-setoriais no comércio externo brasileiro: 1980-1996. CEPAL, 1998. (Doc. LC/BRS/DT.017).

- CEI. Panorama del Mercosur. Centro de Economía Internacional/ Secretaría de Relaciones Económicas Internacionales. Ministerio de Relaciones Exteriores. Argentina, 1999.
- GRIEN, R. *La integración económica como alternativa inédita para América Latina*. – México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- INTAL. Integración y Comercio en América. Oct. 1999. (Nota periódica).
- MALDONADO, H. *Treinta años de integración andina: balance y perspectivas*. 1999.
- RIVAS, R.P. *Acuerdo de Cartagena: treinta años de historia, logros y frustraciones*. 1999.
- SANTOS, J.M. Consolidar la integración: qué hacer con el Pacto Andino? Secretaría General de la Comunidad Andina, 1999.